



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

# **RESULTADO DO TESOURO NACIONAL**

Brasília, julho/2001

**MINISTRO DA FAZENDA**

Pedro Sampaio Malan

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Amaury Guilherme Bier

**SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL**

Fabio de Oliveira Barbosa

**SECRETÁRIOS-ADJUNTOS**

Almério Cançado de Amorim

Eduardo Refinetti Guardia

Renato Villela

Rubens Sardenberg

**COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Ana Teresa Holanda de Albuquerque

**EQUIPE**

Alex Pereira Benício

Cleber Ubiratan de Oliveira

Daniel Silva Balaban

Fabiana Magalhães Rodopoulos

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

**COLABORADORES**

Aline Dieguez Barreiro de Meneses Silva

Otávio Ladeira de Medeiros

**O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Distribuição:**

(61) 412-3970/3971

**Informações:**

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

**Correio Eletrônico:** [stn@fazenda.gov.br](mailto:stn@fazenda.gov.br)

**Home Page:** <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda  
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar  
70048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

**ISSN 1519-2970**

**Referência bibliográfica**

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 7, n. 7, jul.2001. 31 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

O Governo Central registrou superávit primário de R\$ 1,2 bilhão no mês de julho de 2001. O Tesouro Nacional contribuiu para esse desempenho com superávit de R\$ 2,4 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central foram deficitários em R\$ 1,1 bilhão e R\$ 33,8 milhões, respectivamente. Com esse resultado, o superávit acumulado no ano atingiu R\$ 19,8 bilhões, equivalente a 2,9% do PIB estimado para o período.

*O Governo Central registrou superávit primário de R\$ 1,2 bilhão em julho de 2001. No ano, o superávit primário é equivalente a 2,9% do PIB.*

**TABELA 1  
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL  
BRASIL, 2000-2001**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Jun 2001	Jul 2001	Jan-Jul 2000	Jan-Jul 2001
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>20.930,4</b>	<b>21.969,9</b>	<b>131.137,8</b>	<b>153.778,6</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>15.888,0</b>	<b>16.986,1</b>	<b>101.267,6</b>	<b>120.004,9</b>
I.1.1 Receita Bruta	16.866,2	18.065,4	105.345,7	123.376,8
I.1.2. (-) Restituições	-978,2	-1.079,3	-3.473,1	-3.152,8
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-605,0	-219,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>5.042,4</b>	<b>4.983,8</b>	<b>29.870,2</b>	<b>33.773,7</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>3.606,1</b>	<b>3.538,5</b>	<b>22.986,0</b>	<b>26.579,9</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>17.324,3</b>	<b>18.431,4</b>	<b>108.151,8</b>	<b>127.198,7</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>15.586,7</b>	<b>17.188,2</b>	<b>92.034,7</b>	<b>107.037,9</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>5.303,0</b>	<b>6.260,6</b>	<b>31.740,4</b>	<b>36.823,2</b>
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>5.835,7</b>	<b>6.120,6</b>	<b>34.186,4</b>	<b>39.229,0</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>4.448,0</b>	<b>4.807,0</b>	<b>26.107,9</b>	<b>30.985,6</b>
IV.3.1. Despesas do FAT	312,4	698,6	3.128,5	3.312,3
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	198,6	176,2	1.145,8	1.790,1
IV.3.3. Outras Despesas	3.937,0	3.932,3	21.833,6	25.883,3
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)</b>	<b>1.737,6</b>	<b>1.243,2</b>	<b>16.117,2</b>	<b>20.160,8</b>
V.1. Tesouro Nacional	2.531,0	2.379,9	20.433,3	25.616,1
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-793,3	-1.136,7	-4.316,2	-5.455,3
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)</b>	<b>-28,0</b>	<b>-33,8</b>	<b>-274,9</b>	<b>-342,4</b>
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)</b>	<b>1.709,6</b>	<b>1.209,3</b>	<b>15.842,3</b>	<b>19.818,3</b>
<b>VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>2,59%</b>	<b>2,93%</b>

(\*) Dados revisados, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

**PRINCIPAIS VARIAÇÕES  
Acumulado: jul2001/jul2000**

<b>Receitas</b>	<b>17,3%</b>
Tesouro	18,5%
Previdência	13,1%
<b>Transferências</b>	<b>15,6%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>17,6%</b>
<b>Despesas</b>	<b>16,3%</b>
Benefícios	14,8%
Pessoal	16,0%
Custeio e Capital	18,7%

O superávit primário do Governo Central no ano aumentou o correspondente a 0,3 ponto percentual do PIB, quando comparado ao desempenho de igual período de 2000. Essa melhora está associada, por um lado, à elevação das receitas do Tesouro, notadamente as decorrentes de concessões de serviços de telefonia e de dividendos pagos à União. Em conjunto, essas receitas passaram de 0,6% do PIB, de janeiro a julho daquele ano, para 0,9% do PIB, em idêntico período de 2001. Além dessas receitas, a arrecadação de impostos e contribuições aumentou 0,4 ponto percentual do PIB, com destaque para a Cofins, cujo recolhimento passou de 3,5% do PIB, para 3,9% do PIB, até julho deste ano.

**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL  
Jan-Jul (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Receita Total	21,5%	22,7%
Transferências	3,8%	3,9%
<b>Receita Líquida</b>	<b>17,7%</b>	<b>18,8%</b>
Despesa Total	15,1%	15,8%
<b>Resultado Primário</b>	<b>2,6%</b>	<b>2,9%</b>

**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL  
Jan-Jul (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Tesouro Nacional	3,3%	3,8%
Previdência Social	-0,7%	-0,8%
Banco Central	0,0%	-0,1%
<b>Governo Central</b>	<b>2,6%</b>	<b>2,9%</b>

Por outro lado, houve um incremento de aproximadamente 0,7 ponto percentual do PIB nas despesas do Tesouro Nacional devido, em alguma medida, ao aumento de recursos destinados à área da Saúde, bem como de subsídios à agricultura e às exportações. Adicionalmente, vale lembrar que nos quatro primeiros meses de 2000 as despesas com custeio e capital estavam subordinadas à regra do duodécimo, o que não prevaleceu este ano.

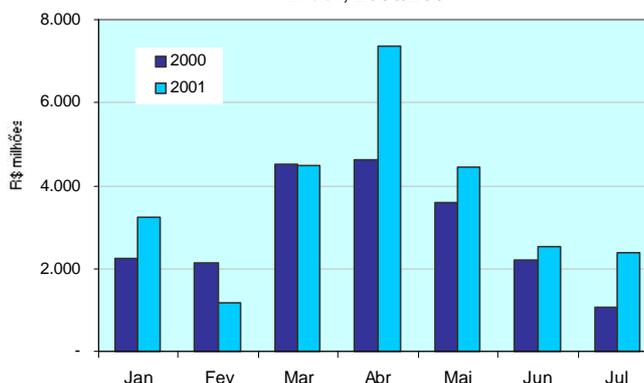
Na Previdência Social (RGPS), o déficit passou para 0,8% do PIB estimado para o período, contra 0,7% do PIB observado até julho de 2000. Do lado da receita, houve ligeiro crescimento na arrecadação, explicado pelo esforço de recuperação das receitas e pela elevação do emprego formal na economia. Do lado da despesa, destaque para os efeitos decorrentes da reforma previdenciária, os quais vêm contribuindo para redução do ritmo de crescimento das concessões de benefícios, em particular aqueles vinculados ao tempo de contribuição. O déficit de R\$ 1,1 bilhão observado no mês deve-se, principalmente, ao impacto do reajuste de 7,66% concedidos em junho aos benefícios com valor superior ao salário mínimo.

## Tesouro Nacional

O Tesouro Nacional obteve superávit primário de R\$ 25,6 bilhões nos primeiros sete meses do ano, valor equivalente a 3,8% do PIB estimado para o período. Nas receitas, verifica-se um aumento de 1,1 ponto percentual do PIB (18,5% em termos nominais), em decorrência, dentre outros fatores: i) da elevação das concessões de serviços de telefonia e de dividendos pagos à União, respondendo, em conjunto, pelo acréscimo de R\$ 2,4 bilhões na receita; ii) da arrecadação da Cofins, R\$ 4,8 bilhões superior à do período janeiro-julho de 2000, devido à mudança na forma de tributação do setor de combustíveis e pagamento por substituição pelo setor automotivo; e iii) da arrecadação referente a *royalties* petróleo e participações especiais, contribuindo para aumento de R\$ 1,0 bilhão nas receitas do Tesouro.

*O superávit primário do Tesouro Nacional em 2001 totalizou R\$ 25,6 bilhões até julho (cerca de 3,8% do PIB).*

**Superávit do Tesouro Nacional**  
Brasil, 2000/2001



Por sua vez, as despesas do período cresceram 17,2% em termos nominais, atingindo a participação de 10,0% do PIB. O incremento de 0,5 ponto percentual, em relação ao ano passado, decorreu dos seguintes fatores: i) aplicação da regra do duodécimo em 2000, sem correspondência este ano; ii) aumento de recursos destinados a ações na área da Saúde, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 29/2000; iii) elevação dos gastos com subsídios à agricultura e às exportações; e iv) realinhamento do salário de algumas carreiras típicas de Estado e dos servidores das Forças Armadas.

Em julho, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 18,1 bilhões, superando em R\$ 1,2 bilhão a arrecadação do mês anterior. As receitas com impostos e contribuições sociais administradas pela Secretaria de Receita Federal (SRF) atingiram R\$ 16,2 bilhões, acréscimo de R\$ 1,0 bilhão em relação à receita de junho. Essa elevação está associada à arrecadação relativa à cota única ou primeira cota do IRPJ e CSLL referente à apuração trimestral encerrada em junho. Com isso, as receitas do IRPJ e da CSLL registraram crescimento de R\$ 619,5 milhões (52,6%) e R\$ 341,5 milhões (54,2%), respectivamente.

Por outro lado, a queda de arrecadação mais pronunciada verificou-se no IRRF-Remessas para o Exterior, redução de R\$ 108,3 milhões (24,0%), e do IPI-Automóveis, inferior em R\$ 38,8 milhões (14,8%). No primeiro caso, a arrecadação de junho havia refletido o recolhimento decorrente do fechamento de balanço das instituições financeiras. No caso do IPI-Automóveis, a arrecadação foi afetada pela concessão de férias coletivas por algumas montadoras de veículos.

As demais receitas do Tesouro totalizaram R\$ 1,7 bilhão, registrando elevação de R\$ 269,3 milhões em relação ao mês anterior. O destaque foi a arrecadação referente a *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural (Lei nº 9.478/1997), que passou de R\$ 344,3 milhões, em junho, para R\$ 725,2 milhões, em julho, como efeito do repasse da participação especial realizado no mês subsequente ao encerramento do trimestre, conforme procedimento definido pelo artigo 25 do Decreto nº 2.705/1998.

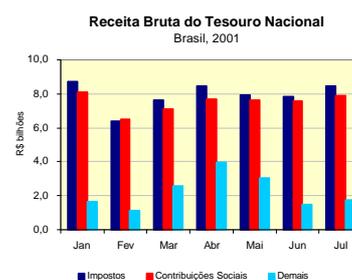
No ano, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 123,4 bilhões, o equivalente a 18,5% do PIB do período. Esse valor indica crescimento de 1,0 ponto percentual do PIB em relação ao mesmo período de 2000, sendo 0,5 ponto percentual no recolhimento de impostos e contribuições e 0,5 ponto percentual na arrecadação de outras receitas.

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL Jan-Jul (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Receitas do Tesouro (*)	16,6%	17,7%
Transferências	3,8%	3,9%
Despesas do Tesouro	9,5%	10,0%
<b>Resultado Primário</b>	<b>3,3%</b>	<b>3,8%</b>

(\*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

### Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

As receitas administradas pela SRF apresentaram incremento de cerca de R\$ 1,0 bilhão em julho como decorrência do pagamento trimestral do IRPJ e da CSLL.



### Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Jul (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
<b>Impostos</b>	<b>8,0%</b>	<b>8,2%</b>
Imposto de Renda	5,3%	5,4%
IPI	1,7%	1,7%
Outros	1,0%	1,1%
<b>Contribuições Sociais</b>	<b>7,5%</b>	<b>7,7%</b>
Cofins	3,5%	3,9%
CPMF	1,4%	1,4%
CSLL	0,9%	0,8%
Outras	1,6%	1,6%
<b>Demais</b>	<b>1,8%</b>	<b>2,3%</b>
Conta Petróleo	0,0%	0,0%
Dividendos da União	0,2%	0,3%
Concessões	0,3%	0,5%
Outras	1,2%	1,4%
<b>Total Bruto</b>	<b>17,2%</b>	<b>18,2%</b>

*As receitas do Tesouro perfizeram 18,2% do PIB, contra 17,2% do PIB no mesmo período do ano passado.*

Em termos nominais, a receita bruta recolhida até julho deste ano foi R\$ 18,0 bilhões (17,1%) superior à observada em idêntico período de 2000. Em relação às receitas administradas pela SRF, os principais fatores que afetaram positivamente a arrecadação foram:

i) mudança na forma de tributação do setor de combustíveis e do pagamento por substituição pelo setor automotivo, contribuindo para acréscimo na arrecadação da Cofins (R\$ 4,8 bilhões) e do PIS/Pasep (R\$ 828,0 milhões);

ii) depreciação da taxa de câmbio, afetando as receitas do IRRF sobre capital relacionada às operações de *swap* (R\$ 2,1 bilhões), o IRRF sobre remessas ao exterior (R\$ 752,8 milhões), o imposto de importação (R\$ 998,9 milhões), e o IPI vinculado à importação (R\$ 298,2 milhões); e

iii) crescimento de 21,4% nas vendas de automóveis no mercado interno, afetando a arrecadação do IPI-automóveis (R\$ 414,9 milhões).

Por outro lado, apresentaram redução nominal, em relação aos sete primeiros meses de 2000, o IRPJ (R\$ 852,6 milhões), a CSLL (R\$ 88,4 milhões) e o IRRF-Outros Rendimentos (R\$ 255,3 milhões) em função da arrecadação extraordinária relativa a depósitos judiciais e administrativos, em março de 2000, no valor de R\$ 1,4 bilhão (R\$ 975,0 milhões de IRPJ e R\$ 461,0 milhões de CSLL). A CPMF cresceu 10,7% em termos nominais.

No acumulado do ano, as “demais receitas” do Tesouro apresentaram aumento nominal de 45,0% em relação a 2000, equivalente a R\$ 4,8 bilhões. Tal incremento concentrou-se basicamente em: i) receitas de concessões de serviços públicos (R\$ 1,6 bilhões); ii) *royalties* petróleo e participação especial (R\$ 999,4 milhões); iii) dividendos pagos à União (R\$ 783,8 milhões); e iv) parcelamento do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) (R\$ 475,2 milhões).

Relativamente às receitas de concessões, a maior parte dos ingressos decorreu de pagamentos provenientes da telefonia celular que totalizaram R\$ 3,6 bilhões. Em idêntico período de 2000, tal receita perfez R\$ 1,4 bilhão.

No tocante à arrecadação de *royalties* petróleo e participações especiais (Lei nº 9.478/1997), o acréscimo decorreu do aumento da produção interna de petróleo e do preço do barril no mercado internacional, o qual baliza o preço de referência publicado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP). No caso da participação especial, a alíquota é progressiva sempre que há expansão do campo de exploração.

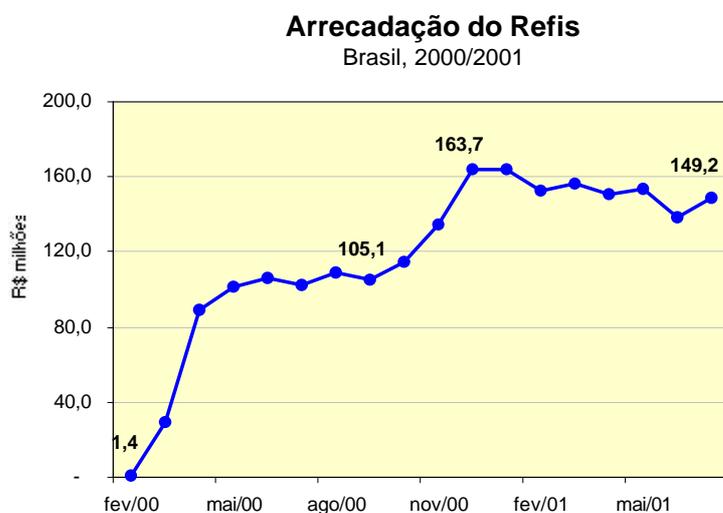
Em relação aos dividendos pagos à União, foram arrecadados R\$ 2,1 bilhões, contra R\$ 1,4 bilhão registrado no mesmo período de 2000, com destaque para os pagamentos realizados pelo Banco Nacional de

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO Jan-Jul (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
<b>Demais</b>	<b>10.742,9</b>	<b>15.580,6</b>
Conta Petróleo	-	-
Dividendos da União	1.373,7	2.151,7
Concessões	2.096,2	3.711,1
Outras	7.273,0	9.717,9

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO Jan-Jul (R\$ milhões)		
EMPRESAS	2000	2001
Petrobrás	446,6	830,3
BNDES	304,7	549,9
FND	-	378,7
CEF	106,2	-
Eletrobrás	284,3	-
Demais	231,9	392,8
<b>Total</b>	<b>1.373,7</b>	<b>2.151,7</b>

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Petrobras (refletindo a lucratividade destas empresas no ano anterior) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) que efetuou recolhimento de dividendos acumulados referentes aos exercícios de 1999 e 2000.

Os ingressos decorrentes do parcelamento de débitos previstos no Refis atingiram R\$ 798,8 milhões no período, contra apenas R\$ 323,6 milhões nos primeiros sete meses de 2000. O gráfico a seguir apresenta a evolução do recolhimento do programa a partir do seu início em fevereiro daquele ano.



*A arrecadação proveniente do Refis somou R\$ 798,8 milhões até julho de 2001, tendo sido recepcionados 128,8 mil termos de opção pelo Programa (116,3 mil opções pelo parcelamento vinculado e 12,4 mil pelo parcelamento alternativo).*

Até julho, as transferências a estados e municípios apresentaram crescimento de 0,2 ponto percentual do PIB, quando comparadas a igual período de 2000, o que corresponde a um incremento nominal de R\$ 3,6 bilhões.

No que concerne às transferências constitucionais, estas apresentaram um acréscimo de R\$ 3,0 bilhões (17,0%), relativamente às realizadas em 2000, refletindo o bom desempenho dos tributos partilhados. Assim, à exceção de março, em todos os demais meses de 2001 tais transferências superaram aquelas observadas em 2000.

Os repasses decorrentes da aplicação da Lei Complementar nº 87/1996 mantiveram-se em 0,3 ponto percentual do PIB, mesmo nível registrado em 2000. Em termos nominais, estes superaram em R\$ 183,8 milhões (9,6%) o montante observado no ano passado.

As demais transferências atingiram R\$ 3,5 bilhões nos primeiros sete meses deste ano, correspondendo a 0,5 ponto percentual do PIB, idêntico nível

### **Transferências a estados e municípios**

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Jan-Jul (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Constitucionais	2,94%	3,11%
Desoneração do ICMS	0,31%	0,31%
Demais	0,51%	0,51%
<b>Total</b>	<b>3,76%</b>	<b>3,93%</b>

**DEMAIS TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E  
MUNICÍPIOS**  
Jan-Jul (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Salário-Educação	1.063,8	1.272,3
Royalties Lei 9478	966,9	1.326,6
Fundef	298,8	273,7
Outras	776,9	583,1
<b>Total</b>	<b>3.106,4</b>	<b>3.455,6</b>

**Despesas do  
Tesouro em relação  
ao mês anterior**
**DESPESAS DO TESOURO NACIONAL  
2001**

DISCRIMINAÇÃO	Jun	Jul
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>5.303,0</b>	<b>6.260,6</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>4.448,0</b>	<b>4.807,0</b>
Despesas do FAT	312,4	698,6
Subsídios e Subvenções	198,6	176,2
Outras	3.937,0	3.932,3

**Boxe 1 – Decreto de  
Programação Financeira**

O Decreto nº 3.878, de 25/07/2001, efetuou ajuste nos limites para movimentação, empenho e pagamento do Poder Executivo da ordem de R\$ 1,0 bilhão. Tal medida tornou-se necessária frente à situação vigente na economia internacional que exigia ações adicionais no sentido resguardar a estabilidade da economia nacional e conter a trajetória do endividamento público mediante a obtenção de resultado primário do Governo Central no corrente exercício superior à meta prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias, i.e., superior a 2,25% do PIB. Cumpre destacar que os programas voltados para a área social não foram objeto de redução de limites.

das verificadas em 2000. Em termos nominais, o aumento foi de R\$ 349,2 milhões (11,2%), associado, principalmente, ao crescimento de R\$ 359,7 milhões dos *royalties* decorrentes da Lei nº 9.478/1997, e às transferências do salário-educação, cuja elevação foi de R\$ 208,5 milhões, mais que compensando o decréscimo de R\$ 218,9 milhões nas transferências restantes (Fundef e outras).

Em julho, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 11,1 bilhões. Tal montante superou em R\$ 1,3 bilhão a despesa verificada no mês anterior, devido, em grande parte, ao incremento nas despesas de “pessoal e encargos”, as quais perfizeram R\$ 6,3 bilhões, contra R\$ 5,3 bilhões em junho.

O crescimento da despesa de pessoal e encargos, da ordem de 18,1%, refletiu a concentração do pagamento referente a férias do funcionalismo público, além do adiantamento de parcela do décimo-terceiro salário (Gratificação Natalina) devida aos servidores do Poder Executivo. Esses fatores foram superiores, em magnitude, aos acréscimos sazonais verificados em junho, decorrentes do adiantamento do décimo-terceiro do funcionalismo dos Poderes Judiciário e Legislativo e do pagamento da quinta parcela dos 28,86% devida aos servidores civis.

Quanto aos gastos com custeio e capital, houve elevação de 10,0% em relação a junho, com destaque para as liberações de recursos para o pagamento das despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) - seguro desemprego, abono salarial e gastos operacionais. No mês, tais despesas totalizaram R\$ 698,6 milhões, contra R\$ 312,4 milhões em junho. Cabe mencionar que em julho ocorreu a liberação do primeiro lote para o pagamento do abono salarial do PIS/Pasep, conforme cronograma estabelecido na Resolução Codefat nº 263, de 23/05/2001. Os gastos com tal benefício perfizeram R\$ 134,4 milhões no mês. Adicionalmente, as despesas com seguro desemprego totalizaram R\$ 516,4 milhões, contra R\$ 280,9 milhões no mês anterior. Cabe destacar que o acréscimo nessa despesa, a partir de abril, tem refletido o aumento do salário mínimo e o conseqüente deslocamento da base (valor dos benefícios pagos).

No que se refere às despesas com subsídios e subvenções e “outras despesas” de custeio e capital, verificou-se que as mesmas apresentaram redução de R\$ 27,1 milhões no período. Registre-se, ademais, que o valor da despesa de junho refletiu o impacto da assunção e quitação, pelo Tesouro Nacional, do passivo previdenciário da Indústria de Material Bélico (Imbel), junto ao INSS, no montante de R\$ 108,0 milhões. Por outro lado, as despesas em ações voltadas para área da Saúde totalizaram R\$ 1,6 bilhão, mantendo-se no mesmo nível do mês anterior.

No período de janeiro a julho de 2001, as despesas do Tesouro Nacional apresentaram acréscimo de 0,5 ponto percentual do PIB, quando comparadas a igual período de 2000. Enquanto nas despesas com pessoal e encargos o aumento foi equivalente a 0,2 ponto percentual do PIB, os gastos de custeio e capital apresentaram elevação correspondente a 0,3 ponto percentual.

Os gastos com pessoal e encargos sociais refletiram, em parte, a política de realinhamento salarial de algumas carreiras estratégicas do setor público, incluindo a reestruturação da carreira militar das Forças Armadas, conforme MP nº 2.188-8, de 27/07/2001 (atual), assim como o pagamento do percentual de 11,98% aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário.

No que se refere à rubrica "custeio e capital", verificou-se, por um lado, que as despesas com abono salarial, seguro-desemprego e demais gastos operacionais do FAT mantiveram-se praticamente constantes em percentual do PIB, embora em termos nominais tenham-se elevado em R\$ 183,8 milhões, em decorrência do reajuste do salário mínimo em abril deste ano.

Por outro lado, a evolução das despesas de custeio e capital, que passaram de 3,6% do PIB no ano passado, para 3,8% do PIB este ano, refletiu o incremento nos gastos com ações na área da Saúde, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000. No período de janeiro a julho de 2001, o Ministério da Saúde gastou R\$ 11,1 bilhões (1,64% do PIB) com essas ações, contra R\$ 9,6 bilhões (1,57% do PIB) no ano anterior. Assim, tais gastos responderam por 1/3 do incremento observado na rubrica. Cabe destacar também que a realização da despesa de custeio e investimento em 2000 esteve condicionada pela aplicação da regra do duodécimo até abril, sem correspondência em 2001.

As despesas do Tesouro com subsídios e subvenções econômicas à agricultura e às exportações aumentaram 0,05 ponto percentual do PIB, comparativamente a 2000. Os gastos com subsídios à agricultura totalizaram R\$ 1,2 bilhão nos primeiros sete meses deste ano, contra R\$ 677,9 milhões em igual período do ano passado. Tal evolução refletiu o aumento das operações realizadas no âmbito do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF), com aquisições de estoques de arroz (R\$ 77,0 milhões), milho (R\$ 186,0 milhões) e algodão (R\$ 30,0 milhões). Os dois últimos sem correspondência no ano passado. Por sua vez, os subsídios às exportações no âmbito do Proex aumentaram 33,3% (R\$ 117,5 milhões) devido à desvalorização do Real ocorrida no período e ao aumento na demanda por financiamentos com recursos do Programa.

## Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Jul (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>5,19%</b>	<b>5,44%</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>4,27%</b>	<b>4,58%</b>
Despesas do FAT	0,51%	0,49%
Subsídios e Subvenções	0,19%	0,26%
Outras	3,57%	3,82%

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO Jan-Jul (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
<b>Agricultura</b>	<b>324,9</b>	<b>723,7</b>
Custeio Agropecuário	76,9	100,0
Investimento Rural	6,4	22,7
Preços Agrícolas	49,5	363,5
- EGF	2,0	1,7
- AGF	45,9	308,6
- Sustentação de preços	1,7	53,2
Pronaf	192,1	208,5
PESA	0,0	29,0
Securitização (Lei 9.138)	0,0	0,0
<b>Exportação</b>	<b>353,0</b>	<b>470,5</b>
Proex	353,0	470,5
<b>Total</b>	<b>677,9</b>	<b>1.194,1</b>

**Boxe 2 – Programa de Financiamento às Exportações (Proex)**

No âmbito do Proex, o Tesouro Nacional liberou recursos no período janeiro a junho de 2001, na modalidade financiamento, da ordem de US\$ 204,0 milhões, que possibilitaram a alavancagem de exportações em US\$ 234,0 milhões. Na modalidade equalização de taxas foram emitidos títulos (NTN-I), no mesmo período, no montante de US\$ 234,4 milhões, que viabilizaram exportações no montante de US\$ 4,3 bilhões. O apoio dado pelo Proex ao setor exportador permitiu exportações da ordem de US\$ 4,5 bilhões no primeiro semestre do exercício, correspondentes a 15,5% do total das exportações brasileiras no período, o equivalente a US\$ 28,9 bilhões.

## Previdência Social

O déficit da Previdência Social atingiu R\$ 1,1 bilhão em julho, 43,3% superior, em termos nominais, ao déficit ocorrido no mês anterior. O aumento no déficit, comparativamente ao mês anterior, decorreu basicamente do incremento de 4,9% nas despesas com benefícios previdenciários, as quais perfizeram R\$ 6,1 bilhões no mês, contra R\$ 5,8 bilhões em junho.

*O reajuste de 7,66%, concedido em junho aos benefícios acima do salário mínimo, contribuiu para o aumento do déficit da previdência em julho.*

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL				
Brasil, 2000-2001				
DISCRIMINAÇÃO	Jun	Jul	Jan-Jul	
	2001	2001	2000	2001
<b>Arrecadação Líquida</b>	<b>5.042,4</b>	<b>4.983,8</b>	<b>29.870,2</b>	<b>33.773,7</b>
Arrecadação Bruta	5.421,6	5.416,2	32.267,0	36.739,5
- Contribuição Previdenciária	4.974,1	5.049,2	30.050,9	34.231,0
- Simples	207,5	201,1	1.085,8	1.344,7
- CDP	5,5	2,9	183,6	51,6
- CFTE/FIES	29,8	52,6	97,6	213,8
- Depósitos Judiciais	52,6	62,8	636,9	448,7
- Refis	34,6	37,3	107,9	266,3
- Outras Receitas	117,5	10,3	104,3	183,4
(-) Restituição/Devolução	-25,0	-49,6	-97,6	-182,6
(-) Transferências a Terceiros	-354,3	-382,8	-2.299,1	-2.783,3
<b>Benefícios Previdenciários</b>	<b>5.835,7</b>	<b>6.120,6</b>	<b>34.186,4</b>	<b>39.229,0</b>
<b>Resultado Primário</b>	<b>-793,3</b>	<b>-1.136,7</b>	<b>-4.316,2</b>	<b>-5.455,3</b>
<b>Resultado Primário/PIB</b>			<b>-0,71%</b>	<b>-0,81%</b>

Registre-se que a elevação da despesa com o pagamento de benefícios previdenciários refletiu o impacto do reajuste de 7,66% concedido em junho aos benefícios de valores superiores ao salário mínimo, o que contribuiu para um acréscimo de R\$ 210,0 milhões na despesa de julho. Além disso, houve incremento do número de novos benefícios concedidos, que passaram de 279,8 mil, em junho, para 285,7 mil, em julho.

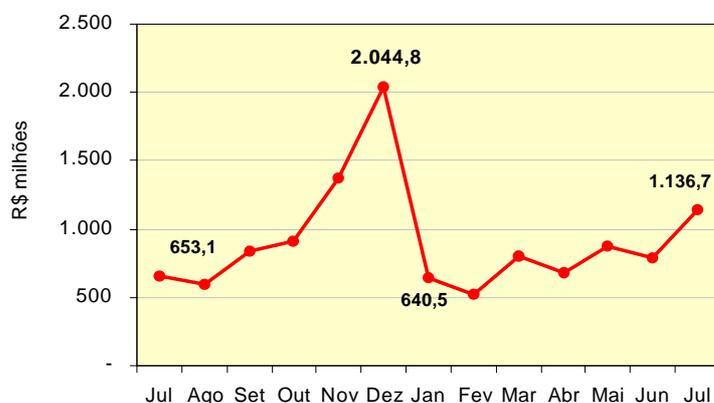
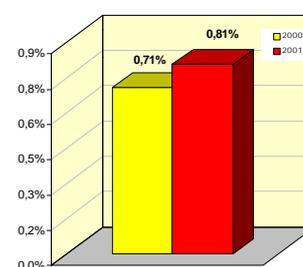
Pelo lado da receita, observou-se redução de 1,2% (R\$ 58,6 milhões) na arrecadação líquida. Cabe mencionar que, no mês anterior, houve ingresso de recursos relativos à quitação de passivos previdenciários no montante de R\$ 108,0 milhões, sem correspondência em julho.

No ano, o déficit da previdência atingiu o montante de R\$ 5,5 bilhões, com elevação nominal de 26,4% em relação a idêntico período de 2000. Em relação ao PIB estimado, o déficit apresentou crescimento de 0,1 ponto percentual, passando de 0,71%, até julho de 2000, para 0,81% este ano.

A arrecadação líquida atingiu R\$ 33,8 bilhões, registrando crescimento de 13,1% em relação ao ano passado. Destaca-se o incremento de R\$ 4,2 bilhões, provenientes das contribuições previdenciárias, reflexo do esforço de recuperação de receitas, e do impacto nos reajustes ocorridos na tabela de contribuições a partir de maio de 2001.

**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA  
Jan-Jul (% PIB)**

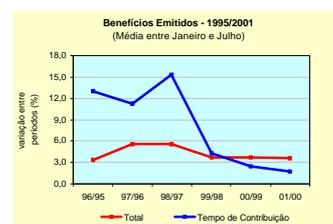
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Contribuição	4,89%	4,99%
Benefícios	5,59%	5,80%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-0,71%</b>	<b>-0,81%</b>

**Déficit da Previdência Social  
Brasil, 2000/2001**

**Déficit da Previdência Social  
Jan-Jul (% PIB)**


Adicionalmente, a arrecadação líquida cresceu no período devido aos seguintes fatores: i) aumento no recolhimento das microempresas e empresas de pequeno porte, optantes do Simples, que passou de R\$ 1,1 bilhão, em 2000, para R\$ 1,3 bilhão, em 2001; ii) arrecadação das receitas decorrentes do Refis, com incremento de R\$ 158,4 milhões em relação ao ano anterior; e iii) receitas de contribuições por meio dos Certificados do Tesouro Nacional (CFT-E), no âmbito do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior (FIES), que passou de R\$ 97,6 milhões em julho de 2000, para R\$ 213,8 milhões em 2001.

*Até julho de 2001, a arrecadação líquida da previdência atingiu R\$ 33,8 bilhões, contra R\$ 29,9 bilhões no mesmo período do ano passado.*

As despesas com benefícios previdenciários perfizeram R\$ 39,2 bilhões até julho, apresentando acréscimo da ordem de R\$ 5,0 bilhões. Essa variação é atribuída, principalmente, ao reajuste no valor dos benefícios pagos pela previdência a partir de maio de 2001. Além disso, ocorreu acréscimo na quantidade de benefícios previdenciários concedidos, com destaque para o salário-maternidade (411,4 mil entre janeiro e julho de 2000, para 595,5 mil em idêntico período de 2001) e o benefício do auxílio-doença (que passou de 417,2 mil até julho de 2000 para 535,7 mil até julho deste ano).



## **DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

*Em julho, a dívida líquida do Tesouro Nacional ficou em R\$ 257,1 bilhões, equivalente a 22,3% do PIB.*

A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado totalizou R\$ 257,1 bilhões no mês de julho, ou 22,3% do PIB acumulado nos últimos doze meses. A tabela 2, a seguir, apresenta a composição da dívida líquida em poder do mercado nos últimos três meses.

**TABELA 2**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO**  
**BRASIL, 2001**

(R\$ milhões)

	2001		
	Mai	Jun	Jul
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>87.528</b>	<b>92.947</b>	<b>83.281</b>
Dívida Mobiliária em Mercado <sup>1</sup>	434.992	453.968	462.588
Dívida Contratual da STN	-266.398	-278.636	-295.480
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-81.066	-82.385	-83.827
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>173.750</b>	<b>164.845</b>	<b>173.807</b>
Dívida Mobiliária em Mercado	133.682	124.120	130.705
Títulos Depositados em Garantia	-3.795	-3.716	-4.101
Dívida Contratual	44.865	45.429	48.269
Disponibilidades	-1.002	-987	-1.065
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>261.277</b>	<b>257.792</b>	<b>257.088</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB</b>	<b>22,9%</b>	<b>22,5%</b>	<b>22,3%</b>

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

*O comportamento da dívida líquida foi influenciado pelos resgates líquidos da dívida mobiliária ofertada por meio de leilões e pela variação cambial ocorrida no mês.*

Em relação ao mês anterior, a dívida líquida apresentou declínio de 0,2 ponto percentual do PIB. Os resgates líquidos de títulos emitidos em leilão contribuíram para essa redução, não obstante o efeito da depreciação da moeda nacional frente ao dólar sobre a dívida mobiliária e a dívida contratual externa. As emissões diretas líquidas ocorridas no mês foram destinadas, em sua maior parte, à aquisição de créditos no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (Medida Provisória nº 2.196-1/2001), ou seja, não afetaram o estoque da dívida líquida.

### **Dívida Interna Líquida**

Em julho, a dívida interna líquida caiu R\$ 9,7 bilhões em relação a junho. O estoque da dívida mobiliária em mercado, por outro lado, cresceu R\$ 8,6 bilhões, explicado pela apropriação de juros nominais, que perfizeram R\$ 8,2 bilhões. A tabela a seguir apresenta dados da dívida interna líquida e seus componentes nos últimos três meses.

**TABELA 3**  
**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (EM MERCADO)**  
**BRASIL, 2001**

	(R\$ milhões)		
	2001		
	Mai	Jun	Jul
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>87.528</b>	<b>92.947</b>	<b>83.281</b>
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO</b>	434.992	453.968	462.588
LFT	219.456	237.318	252.997
LTN	63.186	62.934	60.660
NTN-C	19.408	20.410	21.252
Demais	104.336	104.459	107.120
Dívida Securitizada	26.138	26.356	18.080
TDA	2.469	2.493	2.479
<b>DÍVIDA CONTRATUAL</b>	-347.464	-361.021	-379.307
<i>Tesouro Nacional</i>	-266.398	-278.636	-295.480
Dívida Bancária	40.277	40.299	27.260
Lei nº 7.976/89	-11.435	-10.914	-11.207
Lei nº 8.727/93	-44.493	-44.535	-44.434
Lei nº 9.496/97	-142.313	-143.271	-145.557
Renegociação Dívida Municipais	-18.795	-18.881	-19.150
Demais Haveres da STN	-89.638	-101.334	-102.392
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-81.066	-82.385	-83.827
FAT	-57.844	-58.927	-61.574
Demais Entidades	-23.222	-23.458	-22.253
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO/PIB</b>	<b>38,2%</b>	<b>39,6%</b>	<b>40,0%</b>
<b>DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB</b>	<b>-30,5%</b>	<b>-31,5%</b>	<b>-32,8%</b>
<b>DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB</b>	<b>-23,4%</b>	<b>-24,3%</b>	<b>-25,6%</b>

*Em julho, a dívida interna líquida perfereu R\$ 83,3 bilhões. Desse total, R\$ 462,6 bilhões referem-se à dívida mobiliária em mercado.*

Em julho, as emissões brutas da dívida mobiliária interna de responsabilidade do Tesouro Nacional em mercado corresponderam a R\$ 39,9 bilhões, e os resgates realizados perfizeram R\$ 39,8 bilhões, resultando em emissões líquidas de R\$ 101,5 milhões.

Houve emissões líquidas de LFT, NTN-D e NTN-C nos montantes de R\$ 11,9 bilhões, R\$ 554,0 milhões e R\$ 70,2 milhões, respectivamente, e resgates líquidos de LTN e dívida securitizada e TDA de R\$ 3,1 bilhões e R\$ 8,6 bilhões, respectivamente.

No mês, o Tesouro Nacional emitiu, por meio de oferta pública, R\$ 16,7 bilhões em LFT de 5 anos, R\$ 1,4 bilhão em LTN de 4 meses e um montante de R\$ 599,0 milhões em NTN-C de 4 e 10 anos. No leilão de NTN-C, R\$ 53,8 milhões foram objeto de troca por títulos da dívida securitizada e R\$ 545,2 milhões corresponderam à captação em moeda corrente.

As emissões diretas da dívida mobiliária totalizaram R\$ 21,2 bilhões, tendo sido mais representativas: i) R\$ 19,7 bilhões no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, dos quais R\$ 19,0 bilhões em LFT para a Caixa Econômica Federal (CEF), em permuta por CVS, e R\$ 732,4 milhões em NTN-D para o Banco do Brasil, em permuta por títulos da

## **Emissões e Resgates**

*No mês de julho, as emissões diretas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 21,2 bilhões, sendo R\$ 19,7 bilhões no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais.*

Dívida Externa Brasileira (*Bradies*); e ii) R\$ 1,4 bilhão em LFT junto à Caixa, destinados à assunção, pela União, de dívida da Associação de Previdência dos Empregados do extinto Banco Nacional de Habitação (Prevhab).

**TABELA 4**  
**EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL**  
**INTERNA DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO**  
**BRASIL, Jul/2001**

(R\$ milhões)

Fatos	Financeiras	Não Financeiras*	Total
<b>I. Emissões</b>	<b>18.648</b>	<b>21.214</b>	<b>39.861</b>
LFT	16.686	20.366	37.052
LTN	1.401	0	1.401
NTN-C	545	54	599
NTN-D	0	732	732
TDA	0	15	15
Demais	16	46	62
<b>II. Resgates</b>	<b>30.363</b>	<b>9.397</b>	<b>39.760</b>
LFT	25.155	0	25.155
LTN	4.500	0	4.500
NTN-C	529	0	529
NTN-D	178	0	178
TDA	0	82	82
Securitizada**	0	8.574	8.574
Demais	1	741	741
<b>III. Valor líquido (I-II)</b>	<b>-11.716</b>	<b>11.817</b>	<b>101</b>

\* Cancelamentos + Resgates das emissões não financeiras.  
\*\* Inclui dívida agrícola.

Das emissões de LFT no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, R\$ 13,0 bilhões foram emitidos em troca de créditos decorrentes da Lei nº 8.727/1993 e R\$ 6,0 bilhões em permuta por títulos da dívida securitizada (CVS-A e CVS-C) que estavam em poder do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Os resgates de títulos por colocação direta totalizaram R\$ 9,4 bilhões, dos quais R\$ 8,6 bilhões referentes à dívida securitizada. Desse valor, R\$ 6,0 bilhões corresponderam ao cancelamento de CVS (securitização de dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS), e o restante composto por pagamentos diversos.

## Composição

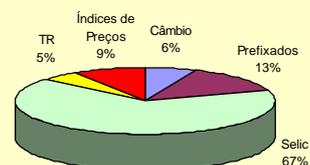
A participação dos prefixados na dívida mobiliária interna diminuiu 0,79 ponto percentual devido ao resgate líquido de R\$ 3,1 bilhões em LTN ocorrido no mês. Por sua vez, a participação dos títulos remunerados pela taxa Selic aumentou 2,1 pontos percentuais, como consequência das emissões de LFT para a aquisição dos créditos das instituições financeiras federais.

**TABELA 5**  
**COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA**  
**FEDERAL INTERNA DO TESOURO NACIONAL EM**  
**MERCADO POR TIPO DE RENTABILIDADE**  
**BRASIL, 2000/2001**

Indexador	Em %		
	2000		2001
	Jul	Jun	Jul
Selic	63,2	64,6	66,7
Câmbio	5,9	6,1	6,4
Prefixados	15,7	14,0	13,2
Índices de Preços	9,2	9,3	9,1
TR	5,9	6,1	4,6
Outros	0,1	0,0	0,0

\* Não inclui dívida agrícola.

**Composição da Dívida Pública Mobiliária**  
**Federal Interna em Mercado**  
Brasil, Jul/2001



Quanto aos títulos remunerados pela variação cambial, houve uma elevação da sua participação em relação ao mês anterior, em virtude do comportamento da taxa de câmbio. Houve, ainda, redução de 1,4 ponto percentual na participação dos títulos remunerados à TR, devido ao resgate dos CVS acima mencionados.

O custo médio da dívida mobiliária em mercado atingiu 23,34% a.a. em julho, um aumento de 8,67 pontos percentuais em relação ao mês anterior (14,67% a.a.). Essa elevação é explicada pela variação cambial, bem como pela maior variação do IGP-M, IGP-DI e Selic no mês. Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio atingiu 18,43% a.a. contra 17,02% a.a. em junho.

## Custo Médio

**TABELA 6**  
**CUSTO MÉDIO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA**  
**FEDERAL INTERNA DO TESOURO NACIONAL EM**  
**MERCADO**  
**BRASIL, 2000/2001**

Título	Em % anual		
	2000		2001
	Jul	Jun	Jul
LTN	19,90	17,00	17,38
LFT	16,85	17,28	18,57
NTN-C	35,08	26,27	30,83
TDA	7,96	7,74	8,76
Dívida Securitizada *	19,99	13,35	18,16
Demais **	9,93	7,67	32,68
<b>Total</b>	<b>15,49</b>	<b>14,67</b>	<b>23,34</b>

\* Não inclui dívida agrícola.

\*\* Inclui NTN-D.

Com relação aos títulos emitidos por meio de leilão, esses tiveram seu custo médio elevado de 17,83% a.a. em junho, para 19,18% a.a. no mês em análise.

**TABELA 7**  
**CUSTO MÉDIO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA**  
**FEDERAL INTERNA DO TESOURO NACIONAL EM**  
**MERCADO**  
**BRASIL, 2000/2001**

Período	Total (1)	Total (2)	(% anual)	
			Comp (1)	Comp (2)
<b>2000</b>				
Jul	17,79	15,49	17,55	15,71
Ago	17,71	20,07	17,63	20,06
Set	17,33	18,12	17,38	16,74
Out	16,55	20,44	17,09	20,83
Nov	16,18	18,88	17,00	19,56
Dez	15,98	15,38	16,86	16,57
<b>2001</b>				
Jan	15,51	15,84	16,20	16,67
Fev	15,11	19,50	15,87	19,35
Mar	15,28	20,54	16,04	19,70
Abr	16,28	16,71	17,32	17,76
Mai	16,04	24,60	16,78	22,46
Jun	17,02	14,67	17,83	16,56
Jul	18,43	23,34	19,18	22,59

COMP - Títulos competitivos em mercado.  
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio  
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

Quanto aos títulos prefixados, foi realizado um leilão de LTN na primeira semana do mês, quando foram emitidos R\$ 1,5 bilhão em títulos com prazo de cerca de 4 meses à taxa média de 21,88% a.a., acima da taxa média de venda no mês de junho, correspondente a 20,59% a.a.

As margens médias sobre a taxa Selic das LFT com prazo de 5 anos aumentaram de 0,23% a.a., no primeiro leilão do mês, para 0,30% a.a. em 31 de julho, refletindo as condições prevalecentes no mercado, principalmente em relação ao cenário internacional.

## Prazo Médio

**PRAZO MÉDIO DA DÍVIDA PÚBLICA**  
**MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA DO TESOURO**  
**NACIONAL EM MERCADO**  
**BRASIL, 2000-2001**

Título	(meses)		
	2000	2001	
	Jul	Jun	Jul
LTN	4,89	5,18	4,62
LFT	15,44	27,50	33,70
NTN-C	42,90	211,62	206,39
NTN-D	10,63	17,07	17,86
TDA	54,34	46,54	46,29
Dívida Securitizada*	92,16	113,00	84,98
Demais	72,47	73,03	69,64
<b>Total</b>	<b>33,81</b>	<b>47,50</b>	<b>49,62</b>

(\*) Não inclui dívida agrícola.

O prazo médio da dívida interna em mercado passou de 49,62 meses em junho, para 50,42 meses em julho.

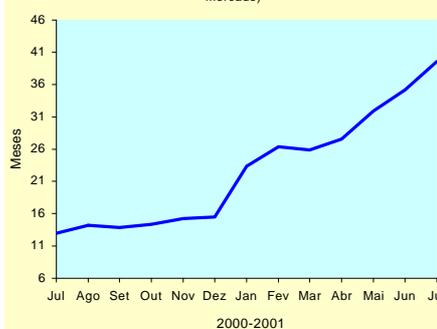
O prazo médio da dívida mobiliária interna em mercado aumentou de 49,62 meses, em junho, para 50,42 meses, em julho. Esse aumento deve-se essencialmente à elevação do prazo médio do estoque de LFT, da ordem de 6,2 meses, em função de as emissões desses títulos, no montante de R\$ 37,0 bilhões (emissão líquida de R\$ 11,9 bilhões), terem apresentado prazo médio de 51,50 meses. Cabe salientar que, a partir de julho, a série histórica do prazo médio da dívida pública mobiliária federal interna inclui os títulos da dívida securitizada.

**TABELA 8**  
**DPMFi - PRAZO MÉDIO NO MERCADO**  
**BRASIL, 2000-2001**

Período	Total	(meses)
		Comp (1)
<b>2000</b>		
Jul	33,60	12,97
Ago	33,83	14,16
Set	33,31	13,85
Out	33,33	14,38
Nov	34,42	15,24
Dez	34,94	15,47
<b>2001</b>		
Jan	40,31	23,30
Fev	42,58	26,36
Mar	42,02	25,86
Abr	43,83	27,58
Mai	47,50	31,92
Jun	49,62	35,14
Jul	50,42	39,60

(1) Títulos emitidos por meio de oferta pública.

**DPMFi - PRAZO MÉDIO**  
(Inclui apenas os títulos emitidos sob oferta pública em mercado)



## Dívida Externa Líquida

O estoque da dívida externa do Tesouro, em moeda nacional, aumentou 5,46% (R\$ 9,1 bilhões), em relação a junho. Esse crescimento decorre, em quase sua total magnitude, da depreciação cambial ocorrida no mês de julho, uma vez que o aumento do estoque na moeda norte-americana foi de apenas 0,07%.

No mês, não ocorreram movimentos expressivos tais como emissões ou amortizações novas significativas. Houve apenas o cancelamento de US\$ 306,4 milhões de títulos da dívida mobiliária externa reestruturada (*Bradies*), os quais

foram trocados por títulos da dívida mobiliária interna (NTN-D), em virtude do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais.

**TABELA 9**  
**DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (EM MERCADO)**  
**BRASIL, 2000/2001**

	(R\$ milhões)		
	2000	2001	
	Jul	Jun	Jul
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO</b>	<b>95.198,3</b>	<b>124.119,7</b>	<b>130.704,7</b>
Bônus de Renegociação	57.728,5	46.781,6	48.602,1
Bônus de Captação	37.469,8	77.338,1	82.102,6
<b>II. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>34.990,8</b>	<b>45.428,7</b>	<b>48.268,8</b>
Organismos Multilaterais	15.369,7	23.136,5	24.577,1
Bancos Privados/Ag. Governamentais	6.103,8	7.865,6	8.296,4
Clube de Paris	13.517,3	14.426,5	15.395,3
<b>III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-4.542,8</b>	<b>-3.716,3</b>	<b>-4.101,3</b>
<b>IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-952,1</b>	<b>-987,2</b>	<b>-1.064,8</b>
<b>V. TOTAL (I+II+III+IV)</b>	<b>124.694,2</b>	<b>164.844,9</b>	<b>173.807,4</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA TOTAL/PIB</b>	<b>12,0%</b>	<b>14,4%</b>	<b>15,0%</b>

*Em julho, a dívida externa líquida do Tesouro Nacional cresceu 0,6 ponto percentual do PIB em relação ao mês anterior.*

Quanto à execução financeira do mês, o montante pago relativo a principal, juros e encargos da dívida externa foi de R\$ 2,8 bilhões. Desse total, R\$ 1,0 bilhão refere-se à dívida mobiliária, R\$ 435,3 milhões a pagamentos aos organismos multilaterais, R\$ 72,2 milhões a bancos privados/agências governamentais e R\$ 1,3 bilhão ao Clube de Paris, conforme demonstrado na tabela 10.

**TABELA 10**  
**EXECUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA**  
**BRASIL, Jul/2001**

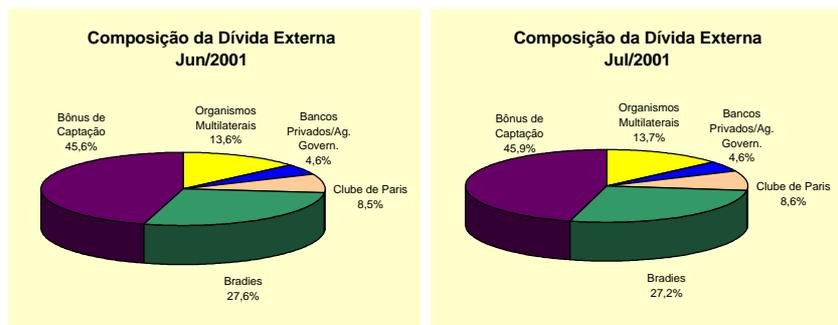
Discriminação	(R\$ milhões)		
	Principal	Juros e Encargos	Total
<b>I. Encargos Totais</b>	<b>973,0</b>	<b>1.858,9</b>	<b>2.831,9</b>
I.1. Organismos Multilaterais	34,5	400,8	435,3
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	44,4	27,8	72,2
I.3. Clube de Paris	894,1	425,8	1.319,9
I.3. Dívida Mobiliária	0,0	1.004,5	1.004,5
DCB	0,0	64,7	64,7
Discount	0,0	0,8	0,8
EI Bond	0,0	10,0	10,0
Euro 2002	0,0	166,5	166,5
Euro 2005	0,0	147,7	147,7
Eurolibra 2007	0,0	53,5	53,5
FLIRB	0,0	0,5	0,5
Global 2006	0,0	192,2	192,2
Global 2007	0,0	203,3	203,3
Global 2020	0,0	162,2	162,2
NMB Bond	0,0	0,2	0,2
Par Bond	0,0	3,0	3,0

*No mês, foram pagos R\$ 2,8 bilhões entre principal, juros e encargos da dívida externa.*

## Composição

Em julho, não ocorreram alterações expressivas na composição da dívida externa, em virtude da ausência de emissões e dos montantes cancelados e amortizados.

*Em função da operação de troca decorrente do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, houve redução, em julho, da participação dos bônus de renegociação (Bradies) no total da dívida externa.*



O prazo médio da dívida mobiliária externa no mês de julho diminuiu de 14,32 para 14,23 anos, basicamente em função da diminuição em um mês no prazo remanescente dos títulos.

*O prazo médio da dívida externa ficou em 14,23 anos em julho de 2001, contra 12,99 anos no mesmo mês de 2000.*

**TABELA 11**  
**CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA EXTERNA**  
**BRASIL, 2000/2001**

Título	2000		2001
	Jul	Jun	Jul
<b>Prazo Médio (anos)</b>	<b>12,99</b>	<b>14,32</b>	<b>14,23</b>
Bônus de Renegociação	13,85	13,14	13,12
Bônus de Captação	11,66	15,15	15,12
Globais	14,87	18,88	18,96
Euros	5,71	5,53	5,44
Demais	4,08	4,35	4,27
<b>Custo Médio (% a.a.) *</b>	<b>8,64</b>	<b>8,83</b>	<b>8,85</b>
Bônus de Renegociação	7,38	6,36	6,37
Bônus de Captação	10,58	10,32	10,31
Globais	11,44	10,97	10,97
Euros	9,98	9,80	9,80
Demais	6,32	5,76	5,78

\* Custo Médio em dólares.

## **Anexos**

---

### ***Tabelas do Resultado Fiscal***

- **Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central
- **Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional
- **Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central
- **Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

### ***Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)***

- **Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)
- **Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional
- **Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal
- **Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

### ***Boletins de Transferências para Estados e Municípios***

- Boletim FPE/FPM
- Boletim Fundef

**TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**

	Jul/2000	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2001
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>18.627,6</b>	<b>20.779,0</b>	<b>18.853,5</b>	<b>19.979,1</b>	<b>20.148,6</b>	<b>25.618,8</b>	<b>22.692,7</b>	<b>18.472,1</b>	<b>21.642,8</b>	<b>24.666,2</b>	<b>23.404,5</b>	<b>20.930,4</b>	<b>21.969,9</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>14.081,0</b>	<b>16.117,3</b>	<b>14.352,9</b>	<b>15.483,9</b>	<b>15.631,3</b>	<b>17.948,6</b>	<b>18.073,2</b>	<b>13.692,4</b>	<b>16.995,4</b>	<b>19.883,8</b>	<b>18.486,0</b>	<b>15.888,0</b>	<b>16.986,1</b>
I.1.1 Receita Bruta	15.312,1	17.737,8	14.745,3	16.123,5	16.069,0	18.479,9	18.440,0	14.040,5	17.277,6	20.079,7	18.607,3	16.866,2	18.065,4
- Impostos	7.290,9	7.178,6	6.965,8	7.424,9	7.365,2	9.169,3	8.718,7	6.378,4	7.607,4	8.454,6	7.956,2	7.810,6	8.436,4
- Contribuições	6.402,0	6.679,6	6.598,9	7.293,4	7.620,0	7.732,4	8.069,5	6.514,6	7.116,4	7.660,5	7.614,2	7.577,3	7.881,4
- Demais	1.619,2	3.879,6	1.180,6	1.405,2	1.083,8	1.578,1	1.651,9	1.147,6	2.553,8	3.964,6	3.036,9	1.478,3	1.747,6
I.1.2. (-) Restituições	-1.143,6	-1.508,0	-327,5	-568,4	-367,9	-459,6	-314,1	-291,7	-253,0	-132,4	-104,1	-978,2	-1.079,3
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-87,6	-112,6	-64,9	-71,3	-69,7	-71,7	-52,8	-56,4	-29,2	-63,5	-17,1	0,0	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>4.546,6</b>	<b>4.661,7</b>	<b>4.500,6</b>	<b>4.495,2</b>	<b>4.517,3</b>	<b>7.670,2</b>	<b>4.619,6</b>	<b>4.779,7</b>	<b>4.647,4</b>	<b>4.782,3</b>	<b>4.918,4</b>	<b>5.042,4</b>	<b>4.983,8</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>3.238,8</b>	<b>3.380,0</b>	<b>3.286,4</b>	<b>3.287,0</b>	<b>3.724,6</b>	<b>3.619,0</b>	<b>4.357,6</b>	<b>3.820,5</b>	<b>3.319,4</b>	<b>3.632,5</b>	<b>4.305,2</b>	<b>3.606,1</b>	<b>3.538,5</b>
II.1. Transferências Constitucionais	2.142,5	2.385,8	2.404,4	2.545,3	2.754,4	3.088,3	3.541,4	2.909,5	2.562,5	3.008,6	3.363,1	2.968,4	2.680,9
II.2. Lei Complementar 87/96	274,7	551,6	481,3	389,7	292,4	195,0	298,7	298,7	298,7	298,5	298,5	298,5	298,5
II.3. Demais	821,6	442,6	400,8	352,1	677,8	335,7	517,5	612,3	458,3	325,5	643,6	339,3	559,2
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>15.388,8</b>	<b>17.399,0</b>	<b>15.567,0</b>	<b>16.692,0</b>	<b>16.424,0</b>	<b>21.999,8</b>	<b>18.335,1</b>	<b>14.651,6</b>	<b>18.323,4</b>	<b>21.033,6</b>	<b>19.099,3</b>	<b>17.324,3</b>	<b>18.431,4</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>14.973,6</b>	<b>14.100,9</b>	<b>13.940,9</b>	<b>15.616,8</b>	<b>15.082,0</b>	<b>23.844,5</b>	<b>15.738,4</b>	<b>13.997,5</b>	<b>14.655,6</b>	<b>14.346,2</b>	<b>15.525,3</b>	<b>15.586,7</b>	<b>17.188,2</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>5.111,5</b>	<b>4.175,0</b>	<b>4.221,5</b>	<b>4.326,1</b>	<b>4.441,2</b>	<b>6.725,7</b>	<b>5.952,0</b>	<b>4.912,4</b>	<b>4.781,3</b>	<b>4.862,6</b>	<b>4.751,4</b>	<b>5.303,0</b>	<b>6.260,6</b>
IV.1.1. INSS	318,3	224,8	254,2	263,0	263,6	409,5	310,6	243,0	242,9	236,3	235,2	284,7	351,4
IV.1.2. Demais	4.793,2	3.950,2	3.967,3	4.063,1	4.177,6	6.316,1	5.641,4	4.669,4	4.538,3	4.626,3	4.516,2	5.018,3	5.909,1
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>5.199,7</b>	<b>5.260,5</b>	<b>5.334,2</b>	<b>5.405,5</b>	<b>5.885,5</b>	<b>9.715,0</b>	<b>5.260,0</b>	<b>5.301,8</b>	<b>5.448,1</b>	<b>5.464,8</b>	<b>5.798,1</b>	<b>5.835,7</b>	<b>6.120,6</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>4.662,4</b>	<b>4.665,4</b>	<b>4.385,1</b>	<b>5.885,2</b>	<b>4.755,4</b>	<b>7.403,9</b>	<b>4.526,3</b>	<b>3.783,3</b>	<b>4.426,3</b>	<b>4.018,8</b>	<b>4.975,9</b>	<b>4.448,0</b>	<b>4.807,0</b>
IV.3.1. Despesa do FAT	506,2	558,9	472,9	555,1	344,9	430,9	424,2	322,8	604,9	312,2	637,2	312,4	698,6
- Abono e Seguro Desemprego	462,0	502,1	437,0	482,5	226,3	381,7	380,7	269,8	473,3	178,9	583,7	280,9	650,8
- Demais Despesas do FAT	44,1	56,8	36,0	72,5	118,6	49,2	43,5	53,0	131,6	133,3	53,5	31,5	47,8
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	235,4	364,2	265,5	1.287,5	219,7	372,2	200,1	335,6	346,5	205,1	327,9	198,6	176,2
- Operações Oficiais de Crédito	150,7	336,6	214,2	1.237,6	123,2	329,1	100,7	235,5	271,0	118,8	278,2	102,4	87,5
- Subvenções aos Fundos Regionais	84,7	27,6	51,3	49,9	96,5	43,1	99,5	100,1	75,5	86,3	49,8	96,2	88,7
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	3.920,8	3.742,3	3.646,6	4.042,7	4.190,8	6.600,8	3.901,9	3.124,9	3.474,9	3.501,5	4.010,8	3.937,0	3.932,3
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)</b>	<b>415,2</b>	<b>3.298,1</b>	<b>1.626,2</b>	<b>1.075,2</b>	<b>1.342,0</b>	<b>-1.844,7</b>	<b>2.596,7</b>	<b>654,1</b>	<b>3.667,8</b>	<b>6.687,4</b>	<b>3.574,0</b>	<b>1.737,6</b>	<b>1.243,2</b>
V.1. Tesouro Nacional	1.068,4	3.896,9	2.459,9	1.985,6	2.710,2	200,1	3.237,2	1.176,2	4.468,4	7.369,8	4.453,6	2.531,0	2.379,9
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-653,1	-598,8	-833,7	-910,4	-1.368,2	-2.044,8	-640,5	-522,1	-800,6	-682,4	-879,7	-793,3	-1.136,7
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)</b>	<b>-55,2</b>	<b>-24,2</b>	<b>0,3</b>	<b>-45,7</b>	<b>-26,1</b>	<b>-106,8</b>	<b>-30,3</b>	<b>-73,5</b>	<b>-43,3</b>	<b>-76,5</b>	<b>-57,0</b>	<b>-28,0</b>	<b>-33,8</b>
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)</b>	<b>360,0</b>	<b>3.273,9</b>	<b>1.626,5</b>	<b>1.029,5</b>	<b>1.315,9</b>	<b>-1.951,5</b>	<b>2.566,4</b>	<b>580,6</b>	<b>3.624,5</b>	<b>6.610,9</b>	<b>3.517,0</b>	<b>1.709,6</b>	<b>1.209,3</b>
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>37,0</b>	<b>1.379,9</b>	<b>142,9</b>	<b>-2.510,8</b>	<b>718,8</b>	<b>-621,4</b>	<b>63,2</b>	<b>475,8</b>	<b>257,0</b>	<b>-110,1</b>	<b>494,7</b>	<b>-302,6</b>	<b>nd</b>
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)</b>	<b>397,0</b>	<b>4.653,8</b>	<b>1.769,5</b>	<b>-1.481,3</b>	<b>2.034,7</b>	<b>-2.572,9</b>	<b>2.629,6</b>	<b>1.056,4</b>	<b>3.881,5</b>	<b>6.500,8</b>	<b>4.011,7</b>	<b>1.407,1</b>	<b>nd</b>
<b>X. JUROS NOMINAIS (3)</b>	<b>-2.682,2</b>	<b>-5.949,6</b>	<b>-2.927,4</b>	<b>-7.998,9</b>	<b>-6.330,2</b>	<b>-3.102,5</b>	<b>-6.769,1</b>	<b>-6.446,2</b>	<b>-8.201,4</b>	<b>-6.867,5</b>	<b>-10.895,3</b>	<b>-1.432,9</b>	<b>nd</b>
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)</b>	<b>-2.285,2</b>	<b>-1.295,8</b>	<b>-1.157,9</b>	<b>-9.480,2</b>	<b>-4.295,5</b>	<b>-5.675,4</b>	<b>-4.139,5</b>	<b>-5.389,8</b>	<b>-4.320,0</b>	<b>-366,6</b>	<b>-6.883,7</b>	<b>-25,8</b>	<b>nd</b>

(\*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha". Fonte: Banco Central do Brasil

**TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (\*)**

R\$ milhões

	Jul/2000	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2001
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>17.763,4</b>	<b>20.025,3</b>	<b>19.225,6</b>	<b>20.188,8</b>	<b>21.909,6</b>	<b>28.247,7</b>	<b>19.255,9</b>	<b>21.656,8</b>	<b>19.650,8</b>	<b>22.438,0</b>	<b>23.340,1</b>	<b>21.303,4</b>	<b>21.441,1</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	11.907,9	13.906,3	13.625,6	14.056,6	16.226,4	19.294,7	13.077,6	15.789,3	13.640,3	15.976,7	17.120,9	14.866,7	15.123,4
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	-87,6	-112,6	-72,9	-63,2	-69,7	-71,7	-52,8	-56,4	-29,2	-64,0	-16,6	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	507,6	1.035,6	659,0	1.151,2	652,9	723,3	597,2	658,3	752,3	1.279,6	705,2	805,2	704,8
I.4 - Receita das Operações de Crédito	483,1	150,6	137,9	199,8	166,8	238,6	557,2	116,5	268,8	106,2	225,1	162,9	312,2
I.5 - Receita do Salário Educação	108,1	103,7	118,8	118,8	113,9	113,9	169,2	109,6	119,5	124,7	109,9	114,5	124,4
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	4.840,6	4.937,7	4.752,8	4.720,7	4.813,7	7.940,9	4.902,5	5.034,7	4.895,2	5.010,0	5.189,1	5.349,2	5.170,6
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	3,6	3,9	4,4	4,9	5,7	8,2	4,9	4,7	4,0	4,8	6,6	5,0	5,7
<b>II. DESPESAS</b>	<b>20.247,5</b>	<b>21.565,0</b>	<b>19.321,3</b>	<b>24.296,1</b>	<b>22.906,3</b>	<b>30.517,9</b>	<b>23.314,9</b>	<b>20.128,9</b>	<b>18.002,2</b>	<b>23.464,3</b>	<b>23.970,6</b>	<b>25.052,7</b>	<b>26.370,4</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>3.450,1</b>	<b>4.049,6</b>	<b>3.902,6</b>	<b>3.956,3</b>	<b>4.350,2</b>	<b>4.103,9</b>	<b>5.368,2</b>	<b>4.563,1</b>	<b>3.879,5</b>	<b>4.403,7</b>	<b>4.951,3</b>	<b>4.445,2</b>	<b>4.137,4</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	2.279,0	2.538,0	2.557,9	2.707,6	2.930,6	3.236,3	3.823,1	3.097,6	2.727,5	3.202,6	3.581,3	3.157,7	2.853,1
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	148,9	291,3	155,6	153,6	390,9	189,6	201,2	398,7	154,4	165,9	330,6	166,2	189,8
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	274,4	551,4	481,0	389,5	292,2	194,8	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5
II.1.4 - Outras Vinculações	747,7	668,8	708,1	705,6	736,5	483,2	1.045,4	768,3	699,2	736,7	740,9	822,9	796,0
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>16.797,3</b>	<b>17.515,4</b>	<b>15.418,6</b>	<b>20.339,8</b>	<b>18.556,2</b>	<b>26.413,9</b>	<b>17.946,7</b>	<b>15.565,8</b>	<b>14.122,7</b>	<b>19.060,6</b>	<b>19.019,4</b>	<b>20.607,5</b>	<b>22.233,0</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.780,2	4.221,9	4.303,6	4.298,1	4.495,1	7.763,5	5.703,0	4.928,4	5.095,1	4.871,9	5.180,6	6.516,9	4.703,6
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	670,8	802,7	652,8	3.489,2	936,6	925,7	641,1	1.043,7	438,4	3.645,4	367,0	814,8	3.910,9
i) Dívida Contratual Interna	217,2	205,0	250,9	715,9	164,2	233,1	210,1	60,7	27,6	128,5	120,6	186,6	2.764,5
ii) Dívida Contratual Externa	453,6	597,8	401,9	2.773,3	772,5	692,6	431,0	983,0	410,8	3.516,9	246,3	628,1	1.146,4
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	2.416,2	3.755,7	1.559,4	3.031,7	3.032,6	883,5	2.974,8	1.667,7	-229,2	1.286,0	3.305,0	3.796,3	3.861,9
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	5.611,7	4.886,9	5.234,0	5.295,5	6.327,1	9.765,9	5.691,8	5.148,9	5.128,9	5.753,3	6.015,8	5.768,1	6.061,7
II.2.5 - Custeio e Investimento	3.124,7	3.354,5	3.402,8	4.030,9	3.561,7	6.538,6	2.586,8	2.429,8	3.312,8	3.306,8	3.757,5	3.509,0	3.476,8
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	193,7	493,8	266,0	194,5	203,0	536,6	349,1	347,5	376,6	197,2	393,6	202,4	218,0
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)</b>	<b>-2.484,1</b>	<b>-1.539,7</b>	<b>-95,7</b>	<b>-4.107,3</b>	<b>-996,7</b>	<b>-2.270,1</b>	<b>-4.059,0</b>	<b>1.527,9</b>	<b>1.648,6</b>	<b>-1.026,2</b>	<b>-630,6</b>	<b>-3.749,3</b>	<b>-4.929,3</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>22.163,8</b>	<b>30.527,6</b>	<b>14.141,3</b>	<b>20.692,9</b>	<b>19.875,1</b>	<b>12.911,1</b>	<b>34.003,7</b>	<b>8.861,0</b>	<b>6.158,4</b>	<b>12.014,2</b>	<b>21.441,7</b>	<b>26.751,4</b>	<b>18.988,0</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	17.586,4	23.875,6	12.370,3	17.294,1	12.213,4	9.669,4	28.452,0	7.781,2	5.209,9	10.268,5	20.928,9	23.533,3	18.647,5
IV.2 - Outras Operações de Crédito	4.577,5	6.652,0	1.771,0	3.398,7	7.661,7	3.241,7	5.551,7	1.079,8	948,5	1.745,6	512,8	3.218,1	340,5
<b>V. DESPESAS</b>	<b>19.567,4</b>	<b>33.758,3</b>	<b>17.231,4</b>	<b>25.669,2</b>	<b>28.745,1</b>	<b>6.217,3</b>	<b>22.231,7</b>	<b>7.799,7</b>	<b>929,3</b>	<b>9.712,6</b>	<b>422,1</b>	<b>27.051,4</b>	<b>30.825,8</b>
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	18.433,6	33.175,8	16.492,4	23.461,6	28.037,7	3.268,2	20.587,7	7.156,7	-145,2	8.424,4	41,0	25.335,8	28.295,3
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	1.133,9	582,5	738,9	2.207,5	707,4	2.949,1	1.644,1	643,0	1.074,5	1.288,1	381,2	1.715,6	2.530,5
V.2.1 - Dívida Interna	347,6	310,7	460,7	1.716,7	417,3	341,1	1.562,8	220,7	37,4	207,4	167,1	328,9	2.364,2
V.2.2 - Dívida Externa	786,3	271,8	278,3	490,9	290,1	2.608,0	81,3	422,3	1.037,1	1.080,8	214,0	1.386,6	166,3
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)</b>	<b>-847,2</b>	<b>-9.300,2</b>	<b>-4.122,1</b>	<b>-6.167,5</b>	<b>-15.824,3</b>	<b>6.401,2</b>	<b>7.864,3</b>	<b>624,5</b>	<b>5.355,1</b>	<b>1.844,1</b>	<b>20.888,0</b>	<b>-1.802,6</b>	<b>-9.647,8</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>	<b>13.968,7</b>	<b>3.561,8</b>	<b>1.315,5</b>	<b>-4.582,6</b>	<b>2.417,2</b>	<b>6.516,4</b>	<b>-13.540,2</b>	<b>1.840,3</b>	<b>3.539,0</b>	<b>695,4</b>	<b>6.154,1</b>	<b>2.809,4</b>	<b>1.833,3</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)</b>	<b>14.081,0</b>	<b>-1.208,6</b>	<b>-1.870,3</b>	<b>-13.666,2</b>	<b>-7.449,5</b>	<b>10.940,1</b>	<b>-5.827,3</b>	<b>4.429,5</b>	<b>10.416,7</b>	<b>1.970,8</b>	<b>26.543,0</b>	<b>-1.239,8</b>	<b>-14.933,7</b>

(\*) Dados retificados

**TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL**

R\$ milhões

	Jul/2000	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2001
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>18.329,1</b>	<b>8.066,8</b>	<b>4.454,1</b>	<b>1.222,6</b>	<b>6.851,1</b>	<b>10.198,7</b>	<b>3.384,4</b>	<b>6.362,0</b>	<b>3.943,3</b>	<b>2.617,7</b>	<b>10.674,0</b>	<b>5.253,0</b>	<b>6.439,0</b>
I.1. Emissão de Títulos	17.393,5	7.070,3	3.065,7	0,0	5.807,5	9.099,6	2.407,2	5.152,9	2.823,1	0,0	9.137,6	2.784,2	4.599,4
I.2. Remuneração das Disponibilidades	868,5	934,6	1.315,6	1.156,7	990,1	1.076,4	952,2	1.161,8	1.052,5	1.362,0	1.448,4	2.334,0	1.716,5
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	67,1	62,0	72,9	65,9	53,5	22,7	24,9	47,3	67,7	118,1	87,9	134,9	123,1
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.137,6	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>4.360,4</b>	<b>4.505,1</b>	<b>3.138,7</b>	<b>5.805,2</b>	<b>4.433,9</b>	<b>3.682,3</b>	<b>16.924,6</b>	<b>4.521,7</b>	<b>404,4</b>	<b>1.922,3</b>	<b>4.519,9</b>	<b>2.443,6</b>	<b>4.605,6</b>
II.1. Resgate de Títulos	4.151,6	4.266,3	2.959,6	5.384,6	4.053,4	3.346,6	16.137,6	4.265,8	175,4	1.658,1	4.019,6	2.162,6	4.136,1
II.2. Encargos da DPMF	208,9	238,7	179,1	420,6	380,5	335,7	787,0	255,8	229,0	264,2	500,3	281,0	469,6
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>13.968,7</b>	<b>3.561,8</b>	<b>1.315,5</b>	<b>-4.582,6</b>	<b>2.417,2</b>	<b>6.516,4</b>	<b>-13.540,2</b>	<b>1.840,3</b>	<b>3.539,0</b>	<b>695,4</b>	<b>6.154,1</b>	<b>2.809,4</b>	<b>1.833,3</b>



TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Jul/2000	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2001
<b>I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO</b>	8,0	6,5	5,5	8,4	11,7	14,4	15,1	16,0	14,3	17,2	14,3	12,9	10,3
<b>II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL</b>	0,0	6,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	21,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7
<b>III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS</b>	42,2	245,8	63,8	53,5	37,1	15,5	-6,2	33,8	125,8	22,3	95,2	52,5	40,1
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,0	0,3	0,5
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	41,3	235,6	59,1	31,2	13,6	-6,2	-24,4	33,6	115,2	16,6	88,9	46,2	32,6
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	0,7	10,0	4,4	22,1	23,3	21,5	18,0	0,0	10,5	5,4	6,3	6,0	7,0
<b>IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF</b>	40,4	59,2	19,7	15,6	18,5	19,4	36,2	51,3	19,7	21,5	21,7	25,1	33,1
<b>V. EQUALIZAÇÃO PROEX</b>	60,2	18,6	125,2	34,7	55,9	268,5	55,5	113,5	111,2	57,8	124,7	5,3	2,4
<b>VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11,3	0,0	0,0	0,0	0,0	22,4	6,6	0,0
<b>VII. TOTAL</b>	150,7	336,6	214,2	112,1	123,2	329,1	100,7	235,5	271,0	118,8	278,2	102,4	87,5

**TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO (\*)**

R\$ milhões

	Jul/2000	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2001
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>105.924,8</b>	<b>100.976,2</b>	<b>102.721,4</b>	<b>99.906,5</b>	<b>93.657,0</b>	<b>100.170,3</b>	<b>91.830,5</b>	<b>90.387,9</b>	<b>94.207,6</b>	<b>97.742,8</b>	<b>87.527,9</b>	<b>92.947,3</b>	<b>83.280,9</b>
Dívida Mobiliária em Mercado- DPMF	392.328,1	392.672,8	399.816,7	402.309,9	397.808,4	398.862,8	399.958,7	399.951,7	408.568,7	412.342,9	406.385,9	425.119,6	442.029,1
Dívida Bancária	39.964,4	40.065,0	40.205,1	40.227,1	40.317,3	40.343,3	40.270,5	40.301,7	40.239,1	40.269,1	40.276,5	40.299,3	27.260,1
Dívida Securitizada (Exceto CVS)	23.923,0	21.391,3	21.134,8	18.901,9	18.755,8	18.739,6	17.574,2	17.137,5	17.031,8	16.551,2	16.697,6	15.378,5	13.113,4
CVS	8.261,4	6.641,2	6.680,3	6.752,7	6.733,3	6.733,7	6.807,9	6.810,6	6.841,9	9.420,8	9.400,6	10.938,2	4.927,3
Títulos da Dívida Agrária -TDA	2.767,9	2.732,0	2.702,8	2.638,3	2.610,2	2.550,9	2.531,1	2.515,5	2.505,8	2.488,5	2.468,8	2.492,8	2.478,6
Certificados de Privatização	38,8	38,9	38,9	38,9	39,0	39,0	39,1	39,1	39,2	39,2	39,3	39,3	39,4
INSS	-9.890,4	-9.983,7	-10.124,4	-10.194,2	-10.231,9	-10.244,6	-10.322,5	-10.373,1	-10.408,4	-10.491,3	-10.609,8	-10.546,7	-10.700,7
Lei 7.976/89	-9.772,4	-9.896,7	-9.964,5	-10.227,5	-10.324,1	-10.058,1	-10.024,3	-10.286,5	-10.676,3	-10.886,3	-11.434,7	-10.913,6	-11.207,2
Bônus Renegociação	-17.414,0	-17.922,9	-18.179,5	-18.231,6	-18.726,5	-18.667,6	-18.946,2	-19.733,8	-20.801,1	-20.033,5	-20.223,3	-20.263,9	-20.355,9
Lei 8.727/93	-43.968,5	-44.098,9	-44.283,3	-44.330,5	-44.441,0	-44.482,5	-44.424,9	-44.472,2	-44.415,0	-44.461,6	-44.493,1	-44.534,9	-44.433,6
Lei 9.496/97	-128.906,8	-132.694,3	-135.812,2	-135.339,5	-136.013,8	-136.730,7	-137.915,3	-138.469,8	-139.139,9	-140.470,6	-142.313,4	-143.271,5	-145.557,4
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-17.048,1	-17.442,2	-17.825,2	-17.915,9	-17.999,7	-18.099,6	-18.275,5	-18.374,5	-18.435,3	-18.579,5	-18.795,5	-18.880,8	-19.150,2
Recebíveis das Estatais	-26.210,4	-21.603,3	-22.222,8	-22.648,7	-22.885,6	-18.872,3	-18.778,9	-19.093,1	-19.866,1	-20.038,4	-20.648,2	-32.581,9	-31.269,4
Outros	-23.787,9	-24.271,0	-24.143,8	-23.879,0	-23.857,4	-23.535,0	-23.689,6	-23.828,1	-24.164,2	-24.178,7	-24.247,7	-24.191,9	-24.160,8
Fat	-50.894,2	-51.229,7	-51.472,5	-52.376,9	-53.248,2	-53.602,7	-55.475,2	-56.270,6	-57.038,6	-57.337,7	-57.844,2	-58.927,4	-61.573,6
Demais Entidades	-20.466,6	-20.825,6	-21.148,6	-21.576,8	-22.241,1	-22.508,8	-22.873,6	-23.148,2	-22.657,4	-22.595,8	-23.222,3	-23.457,9	-22.253,5
Créditos das Operações Oficiais	-9.415,4	-9.972,6	-10.242,4	-10.534,8	-9.869,7	-10.005,1	-10.134,1	-10.399,2	-10.876,5	-11.102,4	-11.814,8	-11.522,1	-11.750,7
Arrecadação a Recolher	-3.584,0	-2.624,0	-2.438,0	-3.707,0	-2.768,0	-292,0	-4.491,0	-1.919,0	-2.540,0	-3.193,0	-2.094,0	-2.227,8	-4.154,2
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>124.694,2</b>	<b>127.380,5</b>	<b>128.306,1</b>	<b>133.193,0</b>	<b>135.948,3</b>	<b>137.180,9</b>	<b>142.277,3</b>	<b>147.147,9</b>	<b>153.417,7</b>	<b>158.528,9</b>	<b>173.749,6</b>	<b>164.844,9</b>	<b>173.807,4</b>
Dívida Mobiliária	95.198,3	97.331,3	97.784,9	101.421,9	103.813,1	105.519,3	109.393,3	113.217,2	118.261,8	121.236,8	133.682,3	124.119,7	130.704,7
Títulos Depositados em Garantias	-4.542,8	-4.816,4	-4.707,2	-4.368,6	-4.589,5	-4.674,9	-4.686,8	-4.953,6	-5.140,5	-3.416,7	-3.795,4	-3.716,3	-4.101,3
Dívida Contratual	34.990,8	35.841,9	36.092,9	37.028,8	37.711,1	37.274,7	38.482,2	39.811,3	41.284,3	41.695,1	44.865,0	45.428,7	48.268,8
Disponibilidades	-952,1	-976,3	-864,5	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>230.619,0</b>	<b>228.356,7</b>	<b>231.027,4</b>	<b>233.099,5</b>	<b>229.605,3</b>	<b>237.351,1</b>	<b>234.107,8</b>	<b>237.535,9</b>	<b>247.625,2</b>	<b>256.271,7</b>	<b>261.277,5</b>	<b>257.792,2</b>	<b>257.088,3</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>22,1%</b>	<b>21,6%</b>	<b>21,8%</b>	<b>21,8%</b>	<b>21,3%</b>	<b>21,8%</b>	<b>21,3%</b>	<b>21,4%</b>	<b>22,1%</b>	<b>22,6%</b>	<b>22,9%</b>	<b>22,5%</b>	<b>22,3%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

**TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Jul/2000	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2001
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>95.198,3</b>	<b>97.331,3</b>	<b>97.784,9</b>	<b>101.421,9</b>	<b>103.813,1</b>	<b>105.519,3</b>	<b>109.393,3</b>	<b>113.217,2</b>	<b>118.261,8</b>	<b>121.236,8</b>	<b>133.682,3</b>	<b>124.119,7</b>	<b>130.704,7</b>
<b>I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO</b>	<b>57.728,5</b>	<b>49.463,2</b>	<b>49.732,6</b>	<b>50.797,5</b>	<b>51.888,0</b>	<b>51.776,8</b>	<b>50.562,2</b>	<b>52.374,7</b>	<b>50.674,6</b>	<b>50.355,9</b>	<b>54.396,4</b>	<b>46.781,6</b>	<b>48.602,1</b>
Brazil Investment Bond (BIB)	1.348,8	1.246,4	981,9	1.016,7	788,9	787,2	793,6	823,4	836,8	845,7	913,6	892,3	941,2
Interest Due and Unpaid (IDU)	1.466,5	1.506,6	1.523,4	1.577,4	1.619,2	1.615,7	-	-	-	-	-	-	-
Par Bond (PB)	6.415,0	5.427,3	5.487,7	5.682,1	5.832,7	5.820,2	5.866,9	5.999,2	4.866,6	4.918,7	5.313,3	4.943,0	5.214,1
Discount Bond (DB)	6.659,4	6.247,7	6.317,3	6.541,1	6.714,4	6.700,0	6.753,8	7.007,7	4.899,6	4.952,0	5.349,4	5.147,3	5.429,6
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	2.787,7	1.163,4	1.176,3	1.218,0	1.250,3	1.247,6	1.257,6	1.304,9	1.379,2	1.393,9	1.505,7	1.427,8	1.506,1
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	14.541,2	12.859,2	13.002,3	13.110,2	13.457,7	13.428,9	13.536,7	14.045,6	14.280,3	14.432,9	15.591,0	15.227,0	16.062,1
Debt Conversion Bond (DCB)	14.180,2	11.631,8	11.758,3	12.174,8	12.496,3	12.469,5	12.568,0	13.040,5	13.680,7	13.826,9	14.936,4	9.309,7	9.285,4
New Money Bond (NMB)	3.776,5	3.271,7	3.308,1	3.425,2	3.516,0	3.508,5	3.536,7	3.689,6	3.878,5	3.689,3	3.985,4	3.876,0	4.088,5
Eligible Interest (EI)	6.553,2	6.109,1	6.177,1	6.052,0	6.212,4	6.199,1	6.248,9	6.483,8	6.852,8	6.296,4	6.801,6	5.958,4	6.075,1
<b>I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO</b>	<b>37.469,8</b>	<b>47.868,2</b>	<b>48.052,3</b>	<b>50.624,3</b>	<b>51.925,1</b>	<b>53.742,5</b>	<b>58.831,1</b>	<b>60.842,5</b>	<b>67.587,2</b>	<b>70.880,9</b>	<b>79.285,8</b>	<b>77.338,1</b>	<b>82.102,6</b>
Bônus Samurai	485,7	511,9	510,6	524,1	531,3	511,5	507,0	522,0	-	-	-	-	-
Bônus Global	1.331,1	1.367,6	1.382,8	1.431,8	1.469,7	1.466,6	1.478,3	1.533,9	1.621,2	1.638,5	1.770,0	1.728,7	1.823,5
Bônus Marco Alemão 2007	882,2	906,4	916,5	948,9	873,9	939,7	940,7	965,1	976,3	990,6	1.021,0	1.001,8	1.088,2
Bônus Parallel Franco	250,6	246,8	248,2	246,9	280,6	280,2	280,5	287,8	291,1	295,4	304,4	298,7	324,5
Bônus Parallel Florim	298,4	293,9	295,5	294,0	310,3	333,6	334,0	342,6	346,6	351,7	362,5	355,6	386,3
Bônus Parallel Xelim	250,4	257,2	260,1	269,3	248,4	267,1	267,4	274,4	277,5	281,6	290,3	284,8	309,3
Bônus Global 2027	6.211,8	6.381,9	6.453,0	6.681,5	6.858,6	6.843,9	6.898,9	7.158,2	7.565,6	7.646,5	8.260,0	8.067,2	8.509,6
Bônus EuroIra	668,3	686,6	694,3	718,9	662,0	711,9	712,6	731,1	739,6	750,4	773,5	758,9	824,2
Bônus Eurosterling 2007	399,6	396,5	408,7	415,4	419,6	438,7	433,1	443,6	463,5	469,8	502,7	490,0	520,7
Bônus Euro 2003	823,6	811,2	815,8	811,6	856,5	920,9	921,9	945,8	956,8	970,8	1.000,7	981,8	1.066,4
Bônus Global 2008	661,7	679,8	687,4	711,7	655,5	704,8	705,5	723,8	732,2	743,0	765,8	751,3	816,1
Bônus Marco Alemão 2008	2.218,5	2.279,3	2.304,6	2.386,3	2.449,5	2.444,3	2.463,9	2.556,5	2.702,0	2.730,9	2.950,0	2.881,1	3.039,1
Bônus Global 2004	5.324,4	5.470,2	5.531,1	5.727,0	5.878,8	5.866,2	5.913,3	6.135,6	6.484,8	6.554,1	7.080,0	6.914,7	7.293,9
Bônus Euro 2002	1.317,7	1.297,9	1.305,3	1.298,6	1.370,4	1.473,4	1.475,0	1.513,2	1.530,8	1.553,3	1.601,1	1.570,9	1.706,3
Bônus Euro 2004	823,6	811,2	815,8	811,6	856,5	920,9	921,9	945,8	956,8	970,8	1.000,7	981,8	1.066,4
Bônus Global 2009	3.549,6	3.646,8	3.687,4	3.818,0	3.919,2	3.910,8	3.942,2	4.090,4	4.323,2	4.369,4	4.720,0	4.609,8	4.862,6
Bônus Euro 2006	1.153,0	1.424,2	1.142,1	1.136,3	1.199,1	1.289,2	1.290,6	1.324,1	1.339,5	1.359,1	1.400,9	1.374,5	1.493,0
Bônus Euro 2001	988,3	973,4	978,9	974,0	1.027,8	1.105,0	1.106,2	1.134,9	1.148,1	1.165,0	1.200,8	1.178,2	1.279,7
Bônus Global 2020	1.774,8	1.823,4	1.843,7	1.909,0	1.959,6	1.955,4	1.971,1	2.045,2	2.161,6	2.184,7	2.360,0	2.304,9	2.431,3
Bônus Euro 2010	1.235,3	1.216,8	1.223,7	1.217,5	1.284,7	1.381,3	1.382,8	1.418,6	1.435,2	1.456,2	1.501,0	1.472,7	1.599,6
Bônus Global 2030	2.839,7	2.917,4	2.949,9	3.054,4	3.135,4	3.128,6	3.153,8	3.272,3	3.458,6	3.495,5	3.776,0	3.687,8	3.890,1
Bônus Samurai 2003	971,5	1.023,9	1.021,1	1.048,3	1.062,6	1.023,0	1.014,0	1.044,0	1.046,5	1.059,3	1.186,6	1.106,9	1.164,6
Bônus Euro 2005	1.235,3	1.216,8	1.223,7	1.217,5	1.284,7	1.381,3	1.382,8	1.418,6	1.435,2	1.456,2	2.501,7	2.454,5	2.666,0
Bônus Global 2007	1.774,8	1.823,4	1.843,7	1.909,0	1.959,6	1.955,4	1.971,1	2.045,2	2.161,6	2.184,7	2.360,0	2.304,9	2.431,3
Bônus Global 2040	-	9.403,8	9.508,5	9.845,3	10.106,3	10.084,6	10.165,6	10.547,7	11.148,0	11.267,2	12.171,3	11.887,1	12.539,0
Bônus Euro 2007	-	-	-	1.217,5	1.284,7	1.381,3	1.382,8	1.418,6	1.435,2	1.456,2	1.501,0	1.472,7	1.599,6
Bônus Samurai 2006	-	-	-	-	-	1.023,0	1.014,0	1.044,0	1.046,5	1.059,3	1.186,6	1.106,9	1.164,6
Bônus Global 2006	-	-	-	-	-	-	2.956,7	3.067,8	3.242,4	3.277,1	3.540,0	3.457,4	3.647,0
Bônus Euro 2011	-	-	-	-	-	-	1.843,7	1.891,5	1.913,5	1.941,6	2.001,3	1.963,6	2.132,8
Bônus Global 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	4.647,4	4.697,1	5.074,0	4.955,5	5.227,3
Bônus Samurai 2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.412,4	1.582,0	1.475,9	1.552,8
Bônus Global 2005	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.360,0	2.304,9	2.431,3
<b>II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-4.542,8</b>	<b>-4.816,4</b>	<b>-4.707,2</b>	<b>-4.368,6</b>	<b>-4.589,5</b>	<b>-4.674,9</b>	<b>-4.886,8</b>	<b>-4.953,6</b>	<b>-5.140,5</b>	<b>-3.416,7</b>	<b>-3.795,4</b>	<b>-3.716,3</b>	<b>-4.101,3</b>
<b>III. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>34.990,8</b>	<b>35.841,9</b>	<b>36.092,9</b>	<b>37.028,8</b>	<b>37.711,1</b>	<b>37.274,7</b>	<b>38.482,2</b>	<b>39.811,3</b>	<b>41.284,3</b>	<b>41.695,1</b>	<b>44.865,0</b>	<b>45.428,7</b>	<b>48.268,8</b>
<b>IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-952,1</b>	<b>-976,3</b>	<b>-864,5</b>	<b>-889,0</b>	<b>-986,3</b>	<b>-938,2</b>	<b>-911,4</b>	<b>-926,9</b>	<b>-988,0</b>	<b>-986,2</b>	<b>-1.002,3</b>	<b>-987,2</b>	<b>-1.064,8</b>
<b>V. TOTAL (I+II+III+IV)</b>	<b>124.694,2</b>	<b>127.380,5</b>	<b>128.306,1</b>	<b>133.193,0</b>	<b>135.948,3</b>	<b>137.180,9</b>	<b>142.277,3</b>	<b>147.147,9</b>	<b>153.417,7</b>	<b>158.528,9</b>	<b>173.749,6</b>	<b>164.844,9</b>	<b>173.807,4</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB</b>	<b>12,0%</b>	<b>12,1%</b>	<b>12,1%</b>	<b>12,4%</b>	<b>12,6%</b>	<b>12,6%</b>	<b>12,9%</b>	<b>13,3%</b>	<b>13,7%</b>	<b>14,0%</b>	<b>15,2%</b>	<b>14,4%</b>	<b>15,0%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

**TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL**

R\$ milhões

	Jul/2000	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2001
<b>DIVIDA MOBILIARIA TOTAL</b>	<b>509.864,8</b>	<b>516.609,4</b>	<b>523.275,0</b>	<b>525.036,8</b>	<b>521.192,5</b>	<b>528.502,9</b>	<b>537.388,0</b>	<b>539.415,9</b>	<b>552.088,0</b>	<b>555.623,2</b>	<b>557.671,0</b>	<b>587.200,6</b>	<b>607.748,8</b>
<b>I. Dívida com Mercado</b>	<b>392.328,1</b>	<b>392.672,8</b>	<b>399.816,7</b>	<b>402.309,9</b>	<b>397.808,4</b>	<b>398.862,8</b>	<b>399.958,7</b>	<b>399.951,7</b>	<b>408.568,7</b>	<b>412.342,9</b>	<b>406.385,9</b>	<b>425.119,6</b>	<b>442.029,1</b>
LTN	68.607,6	72.461,4	77.352,9	79.522,0	74.508,5	75.438,0	74.086,8	71.940,0	75.490,9	68.038,1	63.185,5	62.933,6	60.659,9
LFT	206.883,1	199.262,0	202.021,7	201.706,1	202.450,3	204.850,2	206.989,3	209.985,4	213.532,9	223.188,7	219.456,4	237.317,6	252.996,8
LFT-A	18.821,6	18.978,7	19.101,7	19.237,3	19.360,0	19.478,4	19.610,3	19.693,3	19.809,6	19.939,7	20.086,0	20.219,2	20.398,0
LFT-B	35.073,4	36.014,6	36.229,3	36.401,4	36.470,4	36.530,1	32.697,9	30.806,0	30.723,2	30.388,1	29.828,1	29.864,2	30.002,0
LFT-E	1.349,7	1.368,7	1.039,9	1.053,3	1.030,5	914,1	925,7	935,1	946,9	958,1	681,2	434,1	440,6
NTN-A	7.382,9	7.622,6	7.975,3	8.397,9	8.884,1	8.874,0	8.937,1	9.287,4	9.776,4	9.987,0	10.808,0	10.577,5	11.157,8
NTN-C	4.641,1	5.343,6	5.913,5	6.454,0	6.805,3	7.022,5	12.141,4	14.983,4	15.950,5	17.478,4	19.408,2	20.409,6	21.252,2
NTN-D	22.743,1	22.170,3	20.486,9	19.733,8	18.058,1	15.000,5	13.389,9	11.167,5	10.879,1	11.173,0	11.097,5	11.672,9	12.638,7
NTN-H	2.074,9	2.078,5	2.082,0	2.083,7	2.383,3	2.386,4	2.388,3	2.390,5	2.407,9	2.086,1	2.089,6	2.093,1	2.097,4
NTN-I	1.331,1	1.321,9	1.292,9	1.449,5	1.528,3	1.782,7	1.773,8	1.798,5	1.860,4	1.860,9	2.026,2	1.942,7	2.014,5
NTN-P	10.760,3	10.834,6	10.927,2	10.999,0	11.042,5	11.109,3	11.178,8	11.234,8	11.308,7	11.379,8	11.442,9	11.561,3	11.645,4
CFT-A	8.796,1	11.282,0	11.418,5	11.353,9	11.306,7	11.418,6	11.699,3	11.528,2	11.504,2	11.524,3	11.589,3	11.602,4	11.736,2
CFT-D	1.961,0	1.948,5	1.960,6	1.967,4	1.963,5	1.948,0	1.985,3	2.036,9	2.145,7	2.147,3	2.407,3	2.197,2	2.689,2
Demais	1.902,4	1.985,5	2.014,3	1.950,5	2.016,9	2.110,0	2.154,7	2.164,6	2.232,3	2.193,3	2.279,7	2.294,2	2.300,3
<b>II. Dívida com BACEN</b>	<b>117.536,7</b>	<b>123.936,6</b>	<b>123.458,3</b>	<b>122.726,9</b>	<b>123.384,0</b>	<b>129.640,1</b>	<b>137.429,3</b>	<b>139.464,3</b>	<b>143.519,3</b>	<b>143.280,3</b>	<b>151.285,1</b>	<b>162.081,1</b>	<b>165.719,8</b>
LTN	34.293,2	39.910,4	39.043,9	37.594,7	34.414,4	37.245,7	28.589,8	29.623,2	31.764,0	31.165,2	32.689,6	34.422,5	31.256,3
LFT	24.053,6	24.348,5	24.332,9	24.620,2	28.081,3	31.186,1	34.546,3	34.416,7	35.478,9	35.407,7	39.941,1	39.945,0	44.670,6
LFT-A	57.060,9	57.490,4	57.814,5	58.176,5	58.497,6	58.804,7	59.151,7	59.592,4	59.688,5	59.983,3	60.367,6	60.711,1	61.190,6
NTN-A	1.528,3	1.584,3	1.663,0	1.730,4	1.784,9	1.797,1	1.794,9	1.890,0	1.824,4	1.826,0	1.837,8	1.849,3	1.861,1
NTN-D	-	-	-	-	-	-	12.739,3	13.335,3	14.156,3	14.290,7	15.840,5	24.544,2	26.130,3
Demais	600,6	603,0	603,9	605,2	605,9	606,5	607,3	606,6	607,3	607,5	608,5	609,0	610,8
<b>Dívida Mercado/PIB</b>	<b>37,6%</b>	<b>37,2%</b>	<b>37,7%</b>	<b>37,6%</b>	<b>36,8%</b>	<b>36,6%</b>	<b>36,3%</b>	<b>36,1%</b>	<b>36,5%</b>	<b>36,4%</b>	<b>35,6%</b>	<b>37,1%</b>	<b>38,3%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



**TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES**

R\$ milhões

	Jul/2000	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2001
<b>I. INTERNA</b>	<b>-71.360,8</b>	<b>-72.055,3</b>	<b>-72.621,2</b>	<b>-73.953,7</b>	<b>-75.489,3</b>	<b>-76.111,5</b>	<b>-78.348,8</b>	<b>-79.418,8</b>	<b>-79.696,0</b>	<b>-79.933,5</b>	<b>-81.066,5</b>	<b>-82.385,3</b>	<b>-83.827,1</b>
Dívida contratual	622,2	622,2	628,4	638,7	638,4	714,0	832,0	861,9	878,1	881,0	913,5	886,0	907,8
FAT	-50.894,2	-51.229,7	-51.472,5	-52.376,9	-53.248,2	-53.602,7	-55.475,2	-56.270,6	-57.038,6	-57.337,7	-57.844,2	-58.927,4	-61.573,6
Aplicações financeiras	-2.693,2	-2.781,0	-2.750,6	-2.858,9	-2.383,0	-2.388,7	-2.486,8	-2.601,4	-2.694,8	-2.450,5	-2.565,8	-2.302,1	-2.143,8
Fundos Regionais	-12.397,4	-12.623,3	-12.828,6	-13.040,8	-13.222,0	-13.429,8	-13.711,4	-13.900,9	-14.093,3	-14.305,3	-14.579,6	-14.780,6	-14.976,3
Demais	-5.998,2	-6.043,6	-6.197,8	-6.315,8	-7.274,4	-7.404,2	-7.507,4	-7.507,8	-6.747,4	-6.721,1	-6.990,4	-7.261,2	-6.041,2
<b>II. EXTERNA</b>	<b>-952,1</b>	<b>-976,3</b>	<b>-864,5</b>	<b>-889,0</b>	<b>-986,3</b>	<b>-938,2</b>	<b>-911,4</b>	<b>-926,9</b>	<b>-988,0</b>	<b>-986,2</b>	<b>-1.002,3</b>	<b>-987,2</b>	<b>-1.064,8</b>
Disponibilidades	-952,1	-976,3	-864,5	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)</b>	<b>-72.312,9</b>	<b>-73.031,6</b>	<b>-73.485,7</b>	<b>-74.842,7</b>	<b>-76.475,6</b>	<b>-77.049,8</b>	<b>-79.260,2</b>	<b>-80.345,7</b>	<b>-80.684,0</b>	<b>-80.919,8</b>	<b>-82.068,8</b>	<b>-83.372,5</b>	<b>-84.891,9</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>-6,9%</b>	<b>-6,9%</b>	<b>-6,9%</b>	<b>-7,0%</b>	<b>-7,1%</b>	<b>-7,1%</b>	<b>-7,2%</b>	<b>-7,2%</b>	<b>-7,2%</b>	<b>-7,1%</b>	<b>-7,2%</b>	<b>-7,3%</b>	<b>-7,3%</b>

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

## COMENTÁRIOS

Os repasses aos Fundos de Participação, em julho, foram 9,0% menores que os valores distribuídos no mês de junho/2001. Contribuiu para esse resultado, a liberação do 2º lote da restituição do Imposto de Renda — Pessoa Física no valor de R\$ 901,5 milhões e a menor arrecadação do IPI e do Imposto de Renda classificada no período-base (21 de junho a 20 de julho/01).

Em relação ao mesmo mês de 2000, o FPM e o FPE apresentaram um acréscimo nominal de 26,1%. Comparando-se janeiro a julho 2001 com o mesmo período de 2000, verificou-se variação nominal positiva de 16,6% para o FPM e 17,3% para FPE. A expectativa é de que no ano de 2001, o FPM e o FPE tenham, em relação ao ano de 2000, um crescimento de 13,0%, em termos nominais.

As transferências por conta do IPI apresentaram, em julho, decréscimo de 19,0% em comparação aos valores transferidos no mês de junho/2001. Relativamente a julho/00, observou-se um aumento nominal de 11,2%. A estimativa anual de variação do IPI em relação a 2000 é, em termos nominais, de um crescimento de 14,0%.

## DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	JUL	JUN	JAN A JUL	JUL/01 JUN/01	JUL/01 JUL/00	JAN A JUL/01 JAN A JUL/00
2000	1.024,1	1.076,5	8.731,9	-	-	-
2001	1.291,4	1.419,7	10.182,7	-9,0%	+26,1%	+ 16,6%

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	JUL	JUN	JAN A JUL	JUL/01 JUN/01	JUL/01 JUL/00	JAN A JUL/01 JAN A JUL/00
2000	978,6	1.028,6	8.290,0	-	-	-
2001	1.234,0	1.356,6	9.730,1	-9,0%	+26,1%	+ 17,3%

(\*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF

## PREVISTO X REALIZADO

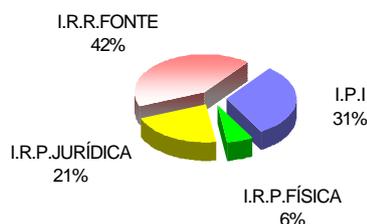
De acordo com a Portaria STN 611/00, de 18.12.00 (DOU de 21.12.00) os créditos no mês de **julho** foram efetuados nas seguintes datas: **10/07, 20/07 e 30/07**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
JUL	- 11,0 %	- 9,0 %	- 11,0 %	- 9,0 %	- 15,0 %	- 19,0%

## COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em julho, os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

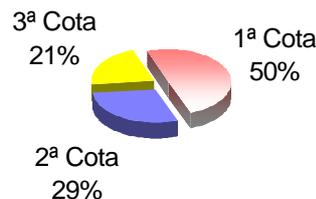
### BASE DE CÁLCULO DO FPM/FPE/FNO/FNE/FCO



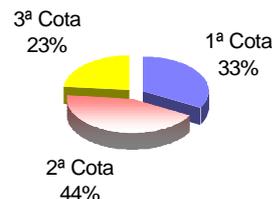
## DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

### FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



### IPI-EXP



## DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de junho a 20 de julho, conforme demonstrativo abaixo: R\$ Milhões

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
	IPI	IR	IPI+IR			Valores Distribuídos			
						FPE (1)	FPM (1) (2)	IPI-EXP (1)	FUNDEF(3)
3º Dec./Jun.	515,1	2.331,9	2.847,0						
<b>JUL/2001</b>				<b>JUL/2001</b>	<b>5.739,8</b>	<b>1.048,9</b>	<b>1.097,7</b>	<b>132,1</b>	<b>402,1</b>
1º Dec./Jul.	677,2	1.011,5	1.688,7	3º Dec./Jun.	2.847,0	520,3	544,5	43,8	195,6
2º Dec./Jul.	361,7	842,3	1.204,0	1º Dec./Jul.	1.688,7	308,6	323,0	57,6	121,6
3º Dec./Jul.	526,1	2.789,2	3.315,3	2º Dec./Jul.	1.204,0	220,0	230,3	30,7	84,9

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Conforme decisão judicial, desde maio/99 o município de Recife (PE) não vem participando do FUNDEF, assim como os municípios paulistas de Diadema e Ribeirão Pires (desde o 3º decêndio de agosto/99), Irapuru (a partir do 1º decêndio de dezembro/99) e Santo Anastácio (a partir do 1º decêndio de janeiro/2000), e Ilha Solteira (a partir do segundo decêndio de abril/2000) e o município gaúcho de Campina das Missões (a partir do segundo decêndio de abril/2000). (3) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

### DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	6.078,81	35.884,42	3,76	7.446,70
AL	24.990,24	43.637,18	51,84	12.496,02
AM	14.632,72	29.269,77	3.075,14	8.741,38
AP	4.187,76	35.790,02	31,56	7.242,45
BA	99.525,98	98.561,01	7.042,30	85.046,76
CE	56.230,96	76.960,08	1.458,91	27.953,04
DF	2.669,93	7.239,82	7,57	2.112,63
ES	19.489,53	15.734,18	6.834,01	9.346,19
GO	40.894,79	29.822,57	829,98	13.223,26
MA	44.438,87	75.714,98	2.006,70	51.374,65
MG	143.085,80	46.725,28	20.175,98	42.833,48
MS	16.718,71	13.971,95	508,01	6.058,38
MT	21.268,94	24.208,61	908,97	9.054,75
PA	39.958,08	64.111,55	6.837,34	39.145,63
PB	35.479,07	50.232,95	292,14	15.305,90
PE	56.905,39	72.379,34	844,30	22.158,17
PI	27.257,35	45.329,13	145,77	17.532,69
PR	74.558,16	30.243,20	12.235,94	25.167,44
RJ	33.335,61	16.024,74	6.759,89	12.529,25
RN	27.217,05	43.823,89	359,56	12.762,21
RO	9.946,70	29.534,11	168,37	7.108,56
RR	4.391,53	26.021,19	5,81	5.385,09
RS	74.434,25	24.700,57	22.132,39	25.878,03
SC	43.175,05	13.424,40	12.840,78	13.861,92
SE	15.880,08	43.586,83	94,55	10.622,97
SP	145.735,34	10.489,45	26.418,40	45.638,86
TO	16.767,58	45.524,23	22,06	11.031,81
<b>TOTAL</b>	<b>1.099.254,29</b>	<b>1.048.945,48</b>	<b>132.092,02</b>	<b>547.058,19</b>

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP./LC87/96 e Complementação da União. (3) O município de Recife não vem participando do FUNDEF, desde maio/99, conforme decisão judicial. (4) Pelo mesmo motivo, os municípios paulistas de Diadema e Ribeirão Pires, a partir do 3º decêndio de agosto, Irapuru, a partir do 1º decêndio de dezembro/99 e Santo Anastácio, desde o 1º decêndio de janeiro/2000, e desde o 2º decêndio de abril/2000, Ilha Solteira (SP) e Campina das Missões (RS) também deixaram de participar do FUNDEF.

### ESTIMATIVA TRIMESTRAL

**As previsões estão sujeitas a possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.**

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	AGO/JUL	SET/AGO	OUT/SET
FPM/FPE/FNO/ FNE/FCO	+ 5,0%	+ 2,0%	- 7,0%
IPI-EXP	+ 4,0%	+ 8,0%	+ 6,0%

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

### ESTIMATIVA ANUAL

A estimativa de variação nominal das Transferências Constitucionais abaixo relacionadas, em relação a 2000, é a seguinte:

Fundo	2001/2000
FPM	+ 13,0 %
FPE	+ 13,0 %
IPI-EXP	+ 14,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações. Não inclui dedução para o FUNDEF (15%).

### DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Set/2000	24/10/00	Fev/2001	23/03/01
Out/2000	23/11/00	Mar/2001	26/04/01
Nov/2000	27/12/00	Abr/2001	31/05/01
Dez/2000	29/01/01	Mai/2001	28/06/01
Jan/2001	23/02/01	Jun/2001	08/08/01

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**

Tel: (061) 412-3116 / 412-3117

Fax: (061) 412.1559

### JULHO/2001

#### COMPORTAMENTO NO MÊS

Os repasses para o FUNDEF no mês de julho apresentaram um crescimento de 10,1% quando comparados aos do mês anterior. Contribuiu para isso, basicamente, o desempenho, em termos globais, dos recursos originários do ICMS e da Complementação da União. A Complementação da União referente ao mês de junho e julho foram creditadas aos beneficiários, respectivamente, em 02 e 31 de julho, o que explica o alto valor creditado no mês.

R\$ Mil

Origens	Junho	Partic.	Julho	Partic.	Jun/ Mai
FPM	211.407,0	13,2%	192.101,0	10,9%	-9,1%
FPE	203.650,7	12,7%	185.107,7	10,5%	-9,1%
IPI-EXP	28.844,9	1,8%	23.310,0	1,3%	-19,2%
LC 87/96 LC 102/00	44.691,1	2,8%	44.645,7	2,5%	-0,1%
Compl. União	0,0	0,0%	101.893,9	5,8%	-
ICMS	1.113.912,8	69,5%	1.217.076,2	69,0%	9,3%
<b>Total</b>	<b>1.602.506,5</b>	<b>100%</b>	<b>1.764.134,4</b>	<b>100%</b>	<b>10,1%</b>

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

#### PORTARIA MF Nº 197 DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PARA O ANO 2001

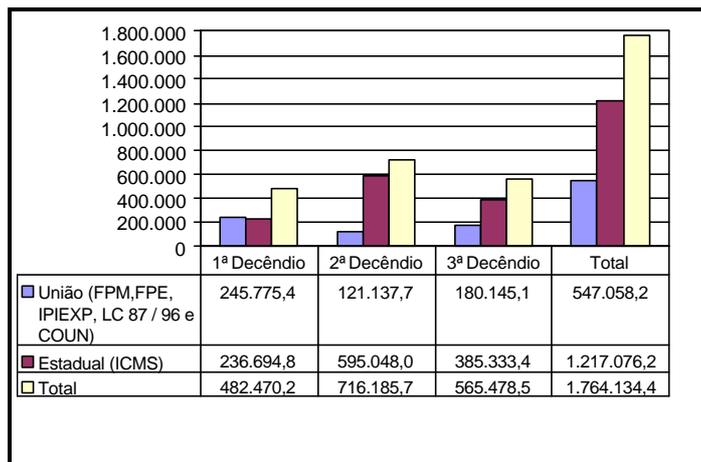
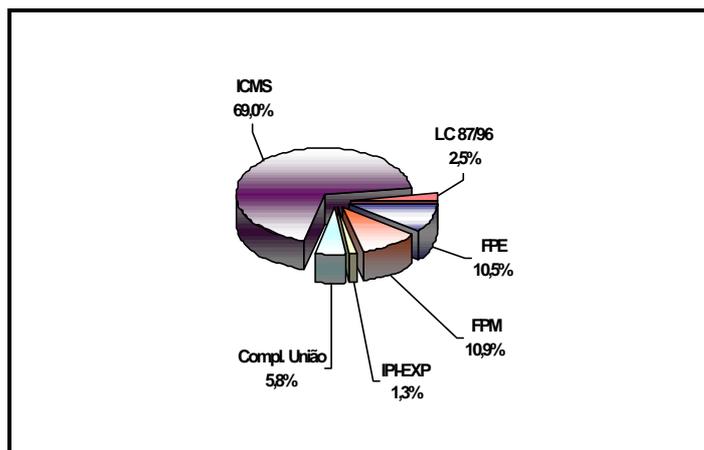
Portaria MF nº 197, de 29 de junho de 2001, publicada no D.O.U. de 02.07.2001, que estabelece a reestimativa dos repasses da complementação da União para o ano de 2001 dos recursos do FUNDEF.

ESTADO	ALAGOAS	BAHIA	CEARÁ	MARANHAO	PARÁ	PIAUI	TOTAL
MÊS							
JANEIRO	523.210	13.176.481	2.021.513	10.064.017	6.164.203	2.357.972	34.307.396
FEVEREIRO	523.210	13.176.481	2.021.513	10.064.017	6.164.203	2.357.972	34.307.396
MARÇO	523.210	13.176.481	2.021.513	10.064.017	6.164.203	2.357.972	34.307.396
ABRIL	523.210	13.176.481	2.021.513	10.064.017	6.164.203	2.357.972	34.307.396
MAIO	523.210	13.176.481	2.021.513	10.064.017	6.164.203	2.357.972	34.307.396
JUNHO	0	23.591.801	1.731.047	14.532.671	8.810.129	2.281.278	50.946.926
JULHO	0	23.591.799	1.731.048	14.532.674	8.810.126	2.281.277	50.946.924
AGOSTO	0	23.591.799	1.731.048	14.532.674	8.810.126	2.281.277	50.946.924
SETEMBRO	0	23.591.799	1.731.048	14.532.674	8.810.126	2.281.277	50.946.924
OUTUBRO	0	23.591.799	1.731.048	14.532.674	8.810.126	2.281.277	50.946.924
NOVEMBRO	0	23.591.799	1.731.048	14.532.674	8.810.126	2.281.277	50.946.924
DEZEMBRO	0	23.591.799	1.731.048	14.532.674	8.810.126	2.281.277	50.946.924
<b>TOTAL</b>	<b>2.616.050</b>	<b>231.025.000</b>	<b>22.224.900</b>	<b>152.048.800</b>	<b>92.491.900</b>	<b>27.758.800</b>	<b>528.165.450</b>

## FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

## FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.



## DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - JULHO/2001 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	137.730	6.332,5	1.072,7	0,7	0,0	40,8	1.264,5	8.711,2	63,2	495,6
AL	667.007	7.700,7	4.410,0	9,1	0,0	376,2	7.026,4	19.522,4	29,3	231,1
AM	630.642	5.165,3	2.582,2	542,7	0,0	451,2	16.109,5	24.850,9	39,4	323,4
AP	116.231	6.315,9	739,0	5,6	0,0	182,0	1.203,7	8.446,2	72,7	575,4
BA	3.527.787	17.393,1	17.563,4	1.242,8	47.183,6	1.663,9	54.742,8	139.789,5	39,6	218,9
CE	1.698.971	13.581,2	9.923,1	257,5	3.462,1	729,2	16.141,7	44.094,7	26,0	223,7
DF(2)	321.563	1.277,6	471,2	1,3	0,0	362,5	0,0	2.112,6	6,6	50,0
ES	542.389	2.776,3	3.455,7	1.205,8	0,0	1.908,4	19.636,2	28.982,4	53,4	414,1
GO	1.044.232	5.262,8	7.216,5	146,4	0,0	597,5	32.056,1	45.279,3	43,4	304,7
MA	1.544.447	13.361,5	7.842,1	354,1	29.065,3	751,6	7.828,4	59.203,0	38,3	205,9
MG	3.433.497	8.245,6	25.250,4	3.560,5	0,0	5.777,0	112.319,1	155.152,6	45,2	318,5
MS	420.557	2.465,6	2.950,4	89,6	0,0	552,7	16.657,9	22.716,3	54,0	361,4
MT	576.334	4.272,1	3.753,3	160,4	0,0	868,9	17.869,3	26.924,0	46,7	320,4
PA	1.546.627	11.313,8	7.051,4	1.206,6	17.620,3	1.953,6	17.122,6	56.268,3	36,4	221,0
PB	814.623	8.864,6	6.261,0	51,6	0,0	128,7	9.503,1	24.809,0	30,5	245,8
PE	1.579.456	12.772,8	8.631,8	149,0	0,0	604,5	24.435,0	46.593,2	29,5	231,4
PI	723.848	7.999,3	4.810,1	25,7	4.562,6	135,0	6.152,2	23.684,8	32,7	218,1
PR	1.573.083	5.337,0	13.157,3	2.159,3	0,0	4.513,8	58.628,4	83.795,8	53,3	373,3
RJ	2.008.289	2.827,9	5.882,7	1.192,9	0,0	2.625,7	120.234,5	132.763,7	66,1	461,3
RN	594.181	7.733,6	4.803,0	63,5	0,0	162,1	10.172,2	22.934,4	38,6	288,6
RO	301.839	5.211,9	1.755,3	29,7	0,0	111,6	5.619,2	12.727,8	42,2	327,0
RR	78.462	4.592,0	775,0	1,0	0,0	17,1	1.096,6	6.481,7	82,6	671,1
RS	1.596.324	4.358,9	13.117,4	3.905,6	0,0	4.496,2	110.148,8	136.026,8	85,2	493,3
SC	908.259	2.369,0	7.619,1	2.266,0	0,0	1.607,8	37.622,2	51.484,1	56,7	428,1
SE	395.309	7.691,8	2.802,4	16,7	0,0	112,1	7.404,3	18.027,3	45,6	338,4
SP	5.486.865	1.851,1	25.245,4	4.662,1	0,0	13.880,3	501.966,7	547.605,6	99,8	600,6
TO	323.383	8.033,7	2.959,0	3,9	0,0	35,2	4.114,8	15.146,6	46,8	353,2
<b>Total</b>	<b>32.591.935</b>	<b>185.107,7</b>	<b>192.101,0</b>	<b>23.310,0</b>	<b>101.893,9</b>	<b>44.645,7</b>	<b>1.217.076,2</b>	<b>1.764.134,4</b>	<b>54,1</b>	<b>355,1</b>

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 2.188, de 28.12.2000 (DOU de 29.12.2000). (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Valores de Estados e Municípios (4) A parcela da complementação da União destinada ao estado da Paraíba, conforme Portaria MF nº 27/01 de 30.01.01 não foi creditada por falta de dotação orçamentária específica para a finalidade.

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.